



HUMAN
RIGHTS
WATCH

“O PRÓXIMO A MORRER”

Abusos das Forças de Defesa e Segurança do Estado,
e da Renamo em Moçambique

“O Próximo a Morrer”

**Abusos das Forças de Segurança do Estado
e da Renamo em Moçambique**

Copyright © 2018 Human Rights Watch

Todos os direitos reservados.

Impresso nos Estados Unidos da América

ISBN: 978-1-6231-35652

Design da capa da autoria de Rafael Jimenez

A Human Rights Watch defende os direitos dos indivíduos nos quatro cantos do mundo. Investigamos escrupulosamente todo o tipo de abusos, expomos amplamente os factos e pressionamos quem detém poder a respeitar os vários direitos e a garantir justiça. A Human Rights Watch é uma organização independente e internacional que atua como parte de um movimento vibrante para defender a dignidade humana e promover a causa dos direitos humanos para todos.

A Human Rights Watch é uma organização internacional com funcionários em mais de 40 países e escritórios em Amesterdão, Beirute, Berlim, Bruxelas, Chicago, Genebra, Goma, Joanesburgo, Londres, Los Angeles, Moscovo, Nairobi, Nova Iorque, Paris, São Francisco, Sydney, Tóquio, Toronto, Tunes, Washington DC e Zurique.

Para mais informações, por favor visite o nosso site: <http://www.hrw.org>.

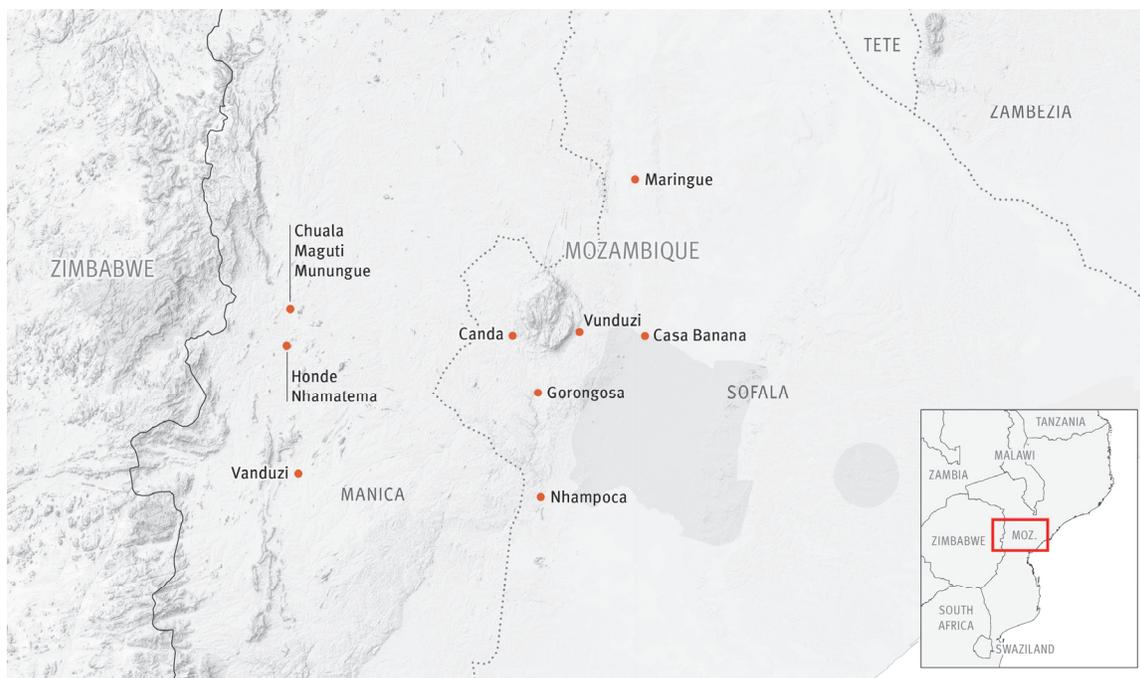
“O Próximo a Morrer”

Abusos das Forças de Segurança do Estado e da Renamo em Moçambique

Mapa: Províncias Centrais de Moçambique.....	1
Síntese	1
Recomendações	4
Para o Governo de Moçambique	4
Para o Parlamento Moçambicano.....	5
Para a Renamo	5
Para a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (CDAA):.....	5
Para os Doadores Internacionais.....	6
Metodologia.....	7
I. Contextualização.....	9
II. Violações Cometidas Pelas Forças de Defesa e Segurança do Governo	12
Desaparecimentos Forçados	14
Detenções Arbitrárias e Abusos Sob Custódia	19
Destruição de Propriedade	24
III. Abusos cometidos pela Renamo	28
Assassinatos Políticos	28
Ataques aos Transportes Públicos	32
Ataques a Centros de Saúde	34
IV. Falha do Governo em Investigar Abusos.....	37
Alegada Sepultura em Massa na Gorongosa	38
Crimes com Aparente Motivação Política.....	41
Apêndice.....	44
Apêndice I: Carta da HRW ao governo moçambicano	44
Apêndice II: Resposta do governo moçambicano à HRW	48

Apêndice III: Carta da HRW à Procuradora-Geral moçambicana.....	50
Apêndice IV: Carta da HRW à Renamo	53
Apêndice V: Resposta da Renamo à HRW	56

Mapa: Províncias Centrais de Moçambique



As províncias centrais de Sofala e Manica foram palco de graves abusos das forças de segurança do Estado e do grupo armado da Renamo entre novembro de 2015 e o início de um cessar-fogo em dezembro de 2016. © 2017 John Emerson para a Human Rights Watch.

Síntese

Entre Novembro de 2015 e o início de um cessar-fogo em Dezembro de 2016, as forças de defesa e segurança de Moçambique e o grupo armado do maior partido da oposição do país, a Resistência Nacional Moçambicana ou Renamo, cometeram graves abusos nas províncias centrais do país. Este relatório documenta desaparecimentos forçados, detenções arbitrárias e a destruição de propriedade privada, alegadamente levados a cabo pelas forças governamentais, bem como assassinatos políticos, ataques aos transportes públicos e o saque de postos médicos alegadamente cometidos pelas forças da Renamo.

Ao longo do ano de 2017, desde que o cessar-fogo foi declarado, a maioria das hostilidades e dos abusos dos direitos humanos relacionados com o conflito cessou. No entanto, o governo não cumpriu a sua obrigação ao abrigo da legislação internacional em matéria de direitos humanos de chamar os responsáveis de ambos os lados por estes graves abusos, a prestar contas.

O relatório foca-se nos abusos cometidos nas províncias de Manica, Sofala, Tete e Zambézia. A Human Rights Watch documentou sete casos de desaparecimentos forçados — a detenção de um indivíduo pelo governo, que se recusa a fornecer informações sobre o seu paradeiro — e ouviu relatos credíveis de muitos outros casos. Os militares também detiveram arbitrariamente indivíduos que suspeitavam pertencerem ou apoiarem a Renamo ou o seu grupo armado e espancaram os detidos. Em vários casos, as casas e os bens dos detidos foram incendiados ou destruídos. Vários funcionários e ativistas da Renamo foram assassinados ou vítimas de tentativas de assassinato por agressores não identificados.

Numa resposta escrita às perguntas colocadas pela Human Rights Watch, o gabinete do presidente de Moçambique, Filipe Jacinto Nyusi, negou que as forças de defesa e segurança do governo tenham cometido abusos e rejeitou as alegações de desaparecimentos forçados, detenções arbitrárias, tortura e destruição de propriedade.

O grupo armado da Renamo, comandado pelo líder do partido, Afonso Dhlakama, esteve envolvido no rapto e homicídio de figuras políticas que trabalhavam com o governo ou



A esposa e a mãe de Manuel Fungulane, com a sua fotografia (homem à esquerda). Fungulane desapareceu em 13 de agosto de 2016, após ter sido detido por soldados do governo.

© 2017 Human Rights Watch

com o partido no poder, a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) ou de indivíduos que a Renamo aparentemente suspeitava que eram informadores do governo. Combatentes armados da Renamo saquearam pelo menos cinco centros de saúde, pondo em causa ou negando o acesso a cuidados de saúde a milhares de pessoas em áreas remotas.

O grupo armado da Renamo também realizou emboscadas e ataques de atirador a transportes públicos, principalmente na estrada N1 nas províncias de Manica e Sofala. De acordo com o governo, 43 pessoas morreram e 143 ficaram feridas nestes ataques entre Novembro de 2015 e Dezembro de 2016.

O líder do partido, Dhlakama, admitiu ter dado ordens para atacar autocarros públicos que afirmou estarem a transportar soldados secretamente. No entanto, a Renamo rejeitou as

alegações de assassinatos políticos como sendo "propaganda" do partido no poder. Em resposta às questões da Human Rights Watch, a Renamo forneceu uma lista com 306 nomes de membros do partido que foram alegadamente atacados ou assassinados pelas forças governamentais entre Março de 2015 e Dezembro de 2016.

O governo moçambicano não investigou adequadamente os alegados abusos documentados neste relatório. Vítimas e testemunhas dos abusos do governo contaram à Human Rights Watch que nunca foram contactadas pelas autoridades, nem tampouco foram informadas sobre as investigações. O gabinete do presidente não respondeu à pergunta da Human Rights Watch sobre o estado das investigações.

O facto de violações de direitos desta gravidade saírem impunes, algo que prevalece em Moçambique, encoraja o cometimento de novos abusos. Entre os incidentes documentados neste relatório, o caso ainda por resolver no distrito da Gorongosa de Abril de 2016, em que moradores denunciaram a existência de uma vala comum e em que pelo menos 15 corpos foram encontrados por baixo de uma ponte, destaca não só a falta de investigação do governo, como também a aparente obstrução da justiça. As autoridades locais não agiram com a devida celeridade na recolha dos corpos, tendo depois anunciado que o estado de decomposição impossibilitara as autópsias. Um comité parlamentar formado em Maio de 2016 para avaliar o incidente, ainda não apresentou as suas conclusões.

O governo deve cumprir as obrigações que lhe incumbem no âmbito do direito internacional em matéria de direitos humanos e investigar de forma imparcial e minuciosa as denúncias de abusos graves, seja pelas forças governamentais ou pela Renamo, e levar os responsáveis à justiça. O governo também deve criar uma base de dados nacional de pessoas desaparecidas, com informações detalhadas para ajudar a identificar e localizar quem foi detido, vítima de desaparecimento forçado ou assassinado.

Os parceiros internacionais de Moçambique devem pressionar o governo para investigar os abusos dos direitos humanos alegadamente cometidos por ambos os lados desde o final de 2015.

Recomendações

Para o Governo de Moçambique

- Conduzir investigações rápidas, minuciosas e imparciais às alegações credíveis de tortura, desaparecimentos forçados, detenções arbitrárias e outros abusos graves cometidos por oficiais do governo e pelos seus agentes, inclusive nos casos em que as vítimas ou as famílias destas não apresentaram queixa formal. Processar adequadamente os responsáveis, independentemente da sua patente, de acordo com os padrões internacionais de julgamento justo.
- Emitir ordens claras para que todos os membros das forças de defesa e segurança, incluindo comandantes, sejam responsabilizados por cometer ou ordenar abusos, inclusive como responsabilidade de comando.
- Conduzir investigações rápidas, minuciosas e imparciais às alegações credíveis de abusos levados a cabo por membros da Renamo e pelos seus agentes e processar adequadamente os responsáveis de acordo com os padrões internacionais de julgamento justo.
- Garantir que todos os indivíduos apreendidos por infrações penais sejam prontamente apresentados a um juiz, nos períodos legalmente definidos, e que os processos judiciais cumpram com os padrões internacionais.
- Apresentar prontamente, informação sobre os indivíduos detidos, às suas famílias, incluindo o seu paradeiro, as acusações de que são alvo, se for o caso, e permitir o rápido acesso dos detidos a aconselhamento jurídico e aos seus familiares.
- Condenar pública e inequivocamente as detenções arbitrárias, tortura, maus-tratos e desaparecimentos forçados e deixar claro que os oficiais do governo responsáveis serão devidamente disciplinados ou processados judicialmente.
- Criar uma base de dados nacional de pessoas desaparecidas que inclua informações para ajudar a localizar detidos e vítimas de desaparecimentos forçados e de assassinatos, tais como informações detalhadas sobre a vítima, circunstâncias e local de detenção e quaisquer investigações ao caso.
- Convidar o Gabinete do Alto Comissário para os Direitos Humanos e os procedimentos relevantes e especiais da Organização das Nações Unidas — incluindo o Grupo de Trabalho sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários; o relator especial sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias; e o relator especial sobre tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou

degradantes — a visitar Moçambique para investigar e fazer recomendações com vista a garantir justiça e responsabilização, bem como recomendações para uma reforma das forças de segurança, para que ajam de forma independente e profissional.

- Providenciar indemnizações adequadas e rápidas às vítimas de detenções arbitrárias, tortura, maus-tratos, desaparecimentos forçados e assassinatos ilegais cometidos por oficiais do governo ou pelos seus agentes.
- Ratificar a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados.

Para o Parlamento Moçambicano

- Publicar prontamente as conclusões da investigação da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais e Jurídicos e Direitos Humanos aos homicídios no distrito da Gorongosa, província de Sofala, descobertos em Abril de 2016.
- Realizar audiências públicas com altos oficiais do governo sobre a falha deste em investigar as alegações de desaparecimentos forçados, detenções arbitrárias, tortura e outros maus-tratos cometidos por oficiais.

Para a Renamo

- Emitir ordens claras para que todos os membros e agentes da Renamo, incluindo comandantes, sejam devidamente punidos por cometerem ou ordenarem abusos, incluindo raptos, assassinatos ilegais e ataques a transportes públicos e centros de saúde.
- Garantir que os mecanismos disciplinares providenciam um julgamento adequado, incluindo audiências com um juiz imparcial em que o acusado pode apresentar uma defesa e tem a assistência de um advogado.

Para a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (CDA):

- Pressionar o governo de Moçambique a investigar de forma credível e imparcial todas as alegações de detenção arbitrária, tortura, maus-tratos, e desaparecimentos forçados por membros das forças de segurança do governo e dos seus agentes.

- Urgir as autoridades de Moçambique a implementar as recomendações presentes neste relatório.

Para os Doadores Internacionais

- Reavaliar a assistência financeira e de outro tipo, incluindo formação e capacitação, para garantir que as instituições envolvidas em violações dos direitos humanos não continuam a receber apoio, a menos que o governo moçambicano tome medidas concretas para acabar com estas violações e para responsabilizar os seus autores.
- Disponibilizar formação e outros apoios, caso o governo tenha demonstrado um compromisso genuíno com a reforma, para reforçar a capacidade dos procuradores e investigadores moçambicanos.
- Garantir que qualquer assistência prestada às forças de segurança de Moçambique promove — ao invés de prejudicar — o cumprimento por parte do governo das suas obrigações internacionais em matéria de direitos humanos.
- Apoiar, caso o governo tenha demonstrado um compromisso genuíno com a reforma, os mecanismos internos de supervisão e responsabilização das forças de segurança.
- Introduzir publicamente as preocupações relevantes em matéria de direitos humanos, incluindo questões de responsabilização, no diálogo político com o governo de Moçambique e monitorizar o cumprimento deste dos padrões internacionais de direitos humanos.
- Urgir as autoridades de Moçambique a implementar as recomendações presentes neste relatório.

Metodologia

Este relatório baseia-se principalmente na investigação realizada em três missões de apuramento de factos em Moçambique em 2017: em Abril na cidade da Beira e no distrito da Gorongosa, na província de Sofala; em Junho nos distritos da Gorongosa e Chibabava, na província de Sofala, e nos distritos de Barue e Gondola, na província de Manica; e em Novembro no distrito de Nhamatanda, na província de Sofala. No total, a Human Rights Watch entrevistou 71 pessoas, incluindo vítimas de abusos e familiares destas, bem como testemunhas de abusos cometidos por forças de segurança do governo ou pelo grupo armado da Renamo. Também conversámos com agentes da polícia, soldados, políticos, ativistas e jornalistas. As entrevistas foram realizadas em português e ndau, na presença de um intérprete quando necessário.

Algumas das pessoas entrevistadas pediram para permanecer anónimas por temerem pela sua segurança. Todas as instâncias em que se utilizaram pseudónimos são referidas nas notas de rodapé. Em alguns casos, escolhemos não divulgar informação adicional para proteger a identidade da pessoa em causa.

A Human Rights Watch informou todos os entrevistados sobre a natureza e o propósito de nossa investigação, bem como das nossas intenções de publicar um relatório com a informação recolhida. Informámos cada um dos potenciais entrevistados de que não estavam obrigados a falar connosco, que a Human Rights Watch não presta serviços humanitários ou jurídicos e que poderiam interromper a entrevista ou recusar-se a responder a qualquer pergunta sem quaisquer consequências adversas. Obtivemos consentimento oral para todas as entrevistas e os entrevistados não receberam qualquer compensação por terem falado com a Human Rights Watch.

Em 17 de Agosto de 2017, a Human Rights Watch enviou uma lista de perguntas sobre alegadas violações de direitos humanos por parte das forças de segurança ao presidente moçambicano Filipe Nyusi, que atua como comandante em chefe das forças de defesa e segurança (ver Apêndice I). O gabinete do presidente respondeu em 9 de Outubro a algumas das questões (ver Apêndice II), respostas essas que incluímos em momentos relevantes no relatório.

Em 12 de Setembro de 2016, a Human Rights Watch enviou uma carta a procuradora-geral de Moçambique, com cópia para os ministros da justiça e do interior, a questioná-los sobre o estado das investigações aos assassinatos com motivação política (ver Apêndice III). Até o dia 19 de Dezembro de 2017, nenhum dos gabinetes havia respondido.

Em 17 de Agosto de 2017, a Human Rights Watch enviou uma carta ao líder da Renamo, Afonso Dhlakama, chefe do partido e do seu grupo armado, contendo perguntas sobre os alegados abusos de direitos humanos cometidos pelo grupo armado da Renamo (ver Apêndice IV). A Renamo respondeu em 30 de Agosto de 2017 (ver Apêndice V) e as suas respostas foram incluídas no relatório em momentos relevantes.

I. Contextualização

Em 1977, dois anos após Moçambique ter conquistado a sua independência de Portugal, eclodiu uma sangrenta guerra civil entre as forças governamentais controladas pelo partido no poder, a Frente de Libertação de Moçambique (ou Frelimo) e a Resistência Nacional Moçambicana (ou Renamo). Estima-se que tenham morrido cerca de um milhão de pessoas durante a guerra de 16 anos, e que cinco milhões tenham sido deslocadas.¹ Ambos os lados cometeram numerosos crimes de guerra contra civis, incluindo assassinatos em massa, violência sexual, tortura e utilização de crianças-soldados. Em Novembro de 1990, aquando das negociações diretas entre as duas fações em conflito, o parlamento moçambicano aprovou uma nova constituição que estabeleceu um sistema multipartidário com eleições regulares e que garantiu o respeito pelos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.

As duas fações assinaram um acordo de paz para pôr fim à guerra civil em 4 de Outubro de 1992. Nove dias depois, o parlamento ratificou uma lei de amnistia tanto para as forças governamentais como para os rebeldes da Renamo, que protegia incondicionalmente os membros destas forças, das acusações de crimes de guerra e outras atrocidades cometidas durante o conflito. Devido à lei de amnistia, ninguém foi responsabilizado pelos crimes de guerra.

Como parte do acordo de paz, o governo permitiu que o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, mantivesse uma guarda privada armada de cerca 300 homens. Falhas sucessivas para desmobilizar outros combatentes da Renamo ou integrá-los no exército nacional incentivaram muitos destes homens a juntar-se informalmente à guarda particular de Dhlakama. Hoje, crê-se que a Renamo possui uma força armada de cerca de 700 homens.² Outras fontes credíveis sugerem que a força pode chegar a 2500 homens.³

¹ Africa Watch, “Conspicuous Destruction: War, Famine and the Reform Process in Mozambique.” Nova Iorque: Human Rights Watch, julho de 1992.

² The Zimbabwean, “Dhlakama returns to the bush,” 10 de outubro de 2012, <http://www.thezimbabwean.co/2012/10/dhlakama-returns-to-the-bush>, (consultado em 2 de novembro de 2017).

³ Andre Thomashausen, “Changing of guard in Maputo,” 5 de abril de 2015, <https://www.iol.co.za/sundayindependent/changing-of-guard-in-maputo-1841082> (consultado em 1 de dezembro de 2017).

Moçambique realizou as primeiras eleições multipartidárias em Outubro de 1994. O partido no poder, a Frelimo, manteve o controlo, vencendo tanto as eleições presidenciais com 53% dos votos, como as eleições parlamentares com 44%. A Renamo conseguiu 34% dos votos nas eleições presidenciais e 38% na votação parlamentar.⁴

A Renamo e Dhlakama quase venceram as segundas eleições de Moçambique, em Dezembro de 1999, mas, desde então, têm rejeitado os resultados de todas as eleições moçambicanas, acusando o partido no poder de fraude eleitoral. Em Novembro de 2000, durante um protesto da Renamo contra os resultados das eleições de 1999, a polícia abriu fogo contra manifestantes alegadamente violentos. Quarenta e uma pessoas morreram, incluindo seis agentes da polícia. Duzentas pessoas ficaram feridas. Mais de 200 simpatizantes da Renamo foram detidos.⁵

A tensão entre o governo liderado pela Frelimo e a Renamo reacendeu-se em Abril de 2013, quando o grupo armado da Renamo invadiu uma esquadra de polícia em Muxungue, matando pelo menos quatro agentes.⁶ Ocorreram conflitos armados nas províncias de Inhambane, Manica, Sofala, Tete e Zambézia e o governo invadiu as antigas bases militares da Renamo na província de Sofala.⁷ O governo nunca comunicou os números oficiais de vítimas destes confrontos.

Em 5 de Setembro de 2014, o governo moçambicano e a Renamo assinaram um novo acordo de paz que pediu o desarmamento dos combatentes da Renamo e a sua integração no exército e polícia nacionais.⁸ O acordo foi por água abaixo em quatro meses, após a Renamo ter alegado que o governo não conseguiu integrar os seus combatentes. O governo acusou a Renamo de se recusar a fornecer uma lista dos combatentes a integrar.

⁴ Comissão Eleitoral de Moçambique, “Resultados Eleitorais,” http://eleicoes.cne.pt/sel_eleicoes.cfm?m=vector (consultado em 1 de dezembro de 2017).

⁵ Reuters, “Moz mourns as protest death toll reaches 41,” 13 de novembro de 2000, <https://www.iol.co.za/news/africa/moz-mourns-as-protest-death-toll-reaches-41-52969> (consultado em 10 de novembro de 2017).

⁶ Agência de Notícias de Moçambique (AIM), “Renamo gunmen attack police station,” 4 de dezembro de 2013, <http://allafrica.com/stories/201312050337.html> (consultado em 2 de novembro de 2017).

⁷ News24, “Mozambique forces take 2nd Renamo base,” 29 de outubro de 2013, <https://www.news24.com/Africa/News/Mozambique-forces-take-2nd-Renamo-base-20131029> (consultado em 2 de novembro de 2017).

⁸ Al Jazeera, “Mozambique government and Renamo sign truce,” 5 de setembro de 2014, <http://www.aljazeera.com/news/africa/2014/09/mozambique-government-Renamo-sign-truce-201495111325375814.html> (consultado em 2 de novembro de 2017).

Em Outubro de 2014, a Frelimo ganhou as eleições parlamentares e Filipe Jacinto Nyusi tornou-se presidente. A Renamo ganhou 89 dos 250 lugares da assembleia nacional, mas contestou os resultados e prometeu governar seis das 11 províncias do país, nas quais, com base na sua própria contagem, afirmou ter recebido a maioria dos votos.

Em Fevereiro de 2015, o governo anunciou que iria iniciar uma operação para desarmar o grupo armado da Renamo pela força. A Renamo resistiu à operação, dando origem a confrontos violentos frequentes nas províncias centrais de Manica, Sofala, Tete e Zambézia. Em Junho de 2015, os 23 observadores militares estrangeiros em Moçambique, que haviam chegado em Setembro de 2014, para monitorizar o desarmamento e a integração das forças da Renamo, deixaram o país.⁹ A Renamo exigiu o controlo de metade dos altos cargos das forças armadas como condição prévia para fornecer ao governo uma lista dos seus homens armados. O governo rejeitou o pedido, paralisando as negociações entre os dois lados. Em Julho de 2016, foi lançado um esforço de mediação internacional liderado por Mario Raffaelli, representante da União Europeia. Em Dezembro, após uma conversa telefónica publicamente anunciada com o presidente Nyusi, o líder da Renamo, Dhlakama, anunciou um cessar-fogo unilateral.

Em Janeiro de 2017, o presidente Nyusi dispensou a equipa de mediadores e anunciou a criação de uma equipa multidisciplinar para planear a desmobilização dos combatentes da Renamo, a sua integração nas forças de segurança do Estado e a descentralização do poder político. O último ponto – permitir que os governadores provinciais sejam eleitos em vez de nomeados pelo presidente – era uma das exigências da Renamo para pôr termo aos seus ataques. Em 7 de Agosto de 2017, o presidente Nyusi e Dhlakama encontraram-se pela primeira vez na mata da Gorongosa, naquele que, para muitos analistas, foi um importante passo para a paz.¹⁰ Aquando da redacção deste relatório, o cessar-fogo ainda estava em vigor.

⁹ Agência de Notícias de Moçambique, “Foreign Military Observers Leaving Mozambique,” 5 de junho de 2015, <http://allafrica.com/stories/201506030136.html> (consultado em 11 de dezembro de 2017).

¹⁰ News24, “Mozambique president, opposition chief hold first meet since 2015,” 7 de agosto de 2017, <https://www.news24.com/Africa/News/mozambique-president-opposition-chief-hold-first-meet-since-2015-20170807> (consultado em 1 de novembro de 2017).

II. Violações Cometidas Pelas Forças de Defesa e Segurança do Governo

A Human Rights Watch documentou uma série de violações graves dos direitos humanos cometidas pelas forças de defesa e segurança do governo nas províncias centrais de Manica e Sofala entre Novembro de 2015 e Dezembro de 2016, altura em que o mais recente cessar-fogo entrou em vigor. Estas incluem desaparecimentos forçados, detenções arbitrárias, tortura e outros maus-tratos sob custódia, bem como a destruição de bens.

Estes abusos violam as obrigações de Moçambique enquanto Estado-Parte do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP), da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Punições Cruéis, Desumanos ou Degradantes e da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, entre outros tratados.¹¹

As conclusões da Human Rights Watch são consistentes com o relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) que, em meados de 2016, comunicou que as forças de segurança do governo estiveram envolvidas em execuções sumárias, saques, destruição de propriedade, violações e maus-tratos de prisioneiros.¹² Em 2016, o ACNUDH disse ter recebido informação de “fontes credíveis” de que pelo menos 14 oficiais da Renamo foram mortos ou raptados em todo o país no primeiro trimestre de 2016. O governo moçambicano não respondeu publicamente às alegações do ACNUDH.

¹¹ Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos, G.A. res. 2200A (XXI), 21 U.N. GAOR Supp. (N.º 16) art.º 52.º, U.N. Doc. A/6316 (1966), 999 U.N.T.S. 171, em vigor desde 23 de março de 1976. Moçambique ratificou o pacto em 1993; Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, G.A. res. 39/46, anexo, 39 U.N. GAOR Supp. (N.º 51) art.º 197.º, U.N. Doc. A/39/51 (1984), entrada em vigor a 26 de junho de 1987. Moçambique ratificou a convenção em 1999; Carta Africana [Banjul] sobre os Direitos Humanos e dos Povos, aprovada em 27 de junho de 1981, OAU Doc. CAB / LEG / 67/3 rev. 5, 21 I.L.M. 58 (1982), em vigor desde 21 de outubro de 1986. Moçambique ratificou a carta em 1989.

¹² United Nations News Center, “Mozambique: UN reports ‘worrying’ information about human rights violations,” 29 de abril de 2016, <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=53821> (consultado em 23 de julho de 2017).

A organização moçambicana de direitos humanos Liga dos Direitos Humanos (LDH), disse que as forças de segurança do governo raptaram e executaram sumariamente pelo menos 83 pessoas nas províncias de Manica, Sofala, Tete e Zambézia entre Novembro de 2015 e Dezembro de 2016, mas não apresentou dados que permitissem corroborar estas alegações.¹³ A maioria destas pessoas eram membros da oposição que o governo aparentemente determinou que estavam a ajudar os combatentes da Renamo, disse a LDH.

Em Outubro de 2016, a Renamo entregou à Human Rights Watch uma lista que continha os nomes dos seus membros e oficiais que alegam terem sido detidos ou assassinados entre as eleições gerais de Outubro de 2014 e Outubro de 2016, com detalhes como locais e datas. A mesma lista foi publicada no boletim do partido, "*A Bancada*", que diz que os indivíduos da lista foram assassinados por um "esquadrão da morte" ligado ao governo.¹⁴

Em 30 de Agosto de 2017, a Renamo entregou à Human Rights Watch outra lista detalhada que continha nomes de 306 membros e oficiais que afirmava terem sido atacados ou assassinados por um "esquadrão da morte do governo" entre Setembro de 2015 e Dezembro de 2016 nas províncias de Nampula, Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Inhambane, bem como na capital, Maputo. A lista inclui os nomes, datas, locais e circunstâncias básicas de cada caso. A Human Rights Watch não conseguiu verificar de forma independente todos os casos da lista, que incluíam os casos de altos cargos políticos referidos neste relatório, que foram aparentemente assassinados por motivos políticos, bem como os assassinatos de outros oficiais da Renamo que foram divulgados na comunicação social.

Em Agosto de 2017, a Human Rights Watch enviou uma carta ao presidente Nyusi, na sua qualidade de comandante em chefe das forças de defesa e segurança, na qual enumerou as várias alegações de abusos e solicitou uma resposta oficial. O Gabinete do Presidente respondeu, em 9 de Outubro de 2017, que as informações recebidas do Ministério do Interior e do Ministério da Justiça, dos Assuntos Constitucionais e Religiosos não levaram a "concluir que os alegados abusos de direitos humanos ocorreram" (ver Apêndice I).

¹³ Declaração da LDH, "Pronunciamento Público da LDH face à situação político-militar, económico-social e dos Direitos Humanos de Moçambique," 10 de maio de 2016.

¹⁴ *A Bancada*, 2.ª edição, outubro de 2016.

Desaparecimentos Forçados

A Human Rights Watch documentou sete casos de aparente desaparecimento forçado, todos eles na província de Sofala, e ouviu relatos credíveis de muitos outros casos na mesma província. Familiares e amigos dos indivíduos alegadamente desaparecidos partilharam detalhes dos casos e das tentativas fracassadas das famílias de localizar os desaparecidos. Disseram que os oficiais do governo não conseguiram dar-lhes informações sobre o paradeiro dos seus familiares, apesar dos seus repetidos pedidos.

Os desaparecimentos forçados são definidos pelo direito internacional como a detenção de um indivíduo por oficiais do Estado ou seus agentes, seguido de uma recusa em reconhecer a privação de liberdade ou em revelar o destino ou o paradeiro do indivíduo.¹⁵ Moçambique tem a obrigação legal internacional de tomar medidas adequadas para investigar os alegados desaparecimentos forçados levados a cabo por oficiais ou seus agentes e de levar os responsáveis à justiça.¹⁶

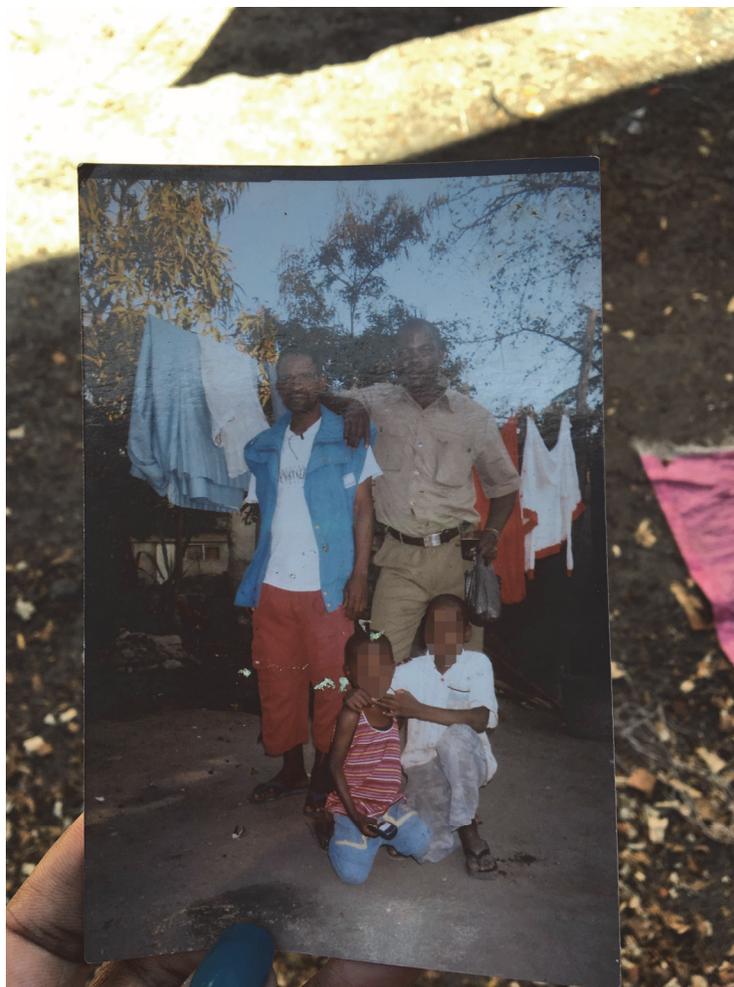
Duas mulheres que moravam no bairro de Munhava, na cidade da Beira, capital da província de Sofala, disseram à Human Rights Watch que os seus maridos, José João Munera e Manuel João Munera, moradores da cidade da Beira, desapareceram em 16 de Abril de 2016, após se terem apresentado na esquadra de polícia da cidade da Gorongosa. Os homens foram convocados à esquadra, disseram ambas as mulheres, a propósito da detenção de outros dois homens, José e Tioto, que trabalhavam para Manuel. Nenhum dos quatro homens foi visto nem ouvido desde então. A esposa de José Munera disse:

O irmão do meu marido veio aqui pedir ao meu marido para acompanhá-lo a Gorongosa, onde dois dos seus trabalhadores tinham sido detidos pela polícia. No sábado, 16 de Abril de 2016, quando o meu marido estava de folga, foram até Gorongosa. Às 16:00, ligaram-nos para nos dizer que tinham chegado à esquadra... Às 18:00, liguei-lhe e o telefone ficou a tocar.¹⁷

¹⁵ Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados, G.A. res 61/177, U.N. Doc. A/RES/61/177 (2006), entrada em vigor em 23 de dezembro de 23, 2010, artigo 2.º. Moçambique assinou a convenção em 2008, mas ainda não a ratificou.

¹⁶ *Ibid.*, artigo 3.º.

¹⁷ Entrevista da Human Rights Watch com a esposa de José João Munera, Beira, 7 de abril de 2017.



Uma foto dos irmãos José João Munera e Manuel João Munera. Os dois homens desapareceram em 16 de Abril de 2016, após se terem apresentado na esquadra de polícia da cidade da Gorongosa.

© 2017 Human Rights Watch

A esposa de José Munera disse que foi à esquadra de polícia da Beira em 18 de Abril, juntamente com a esposa de Manuel, e que os agentes da polícia ligaram à esquadra da Gorongosa. A polícia recebeu a confirmação de que José e Manuel lá tinham estado e de que tinham sido levados para um quartel do exército, disseram ambas as mulheres. "Até ao momento, não sei para onde foram depois do quartel", disse a esposa de José.

A esposa de Manuel disse que a família do marido foi a Gorongosa à procura dos dois irmãos, mas não teve sucesso. Alguns moradores da zona disseram à família que a polícia também tinha detido os dois trabalhadores de Manuel.

Quando questionados sobre o caso em Abril de 2017, dois polícias da cidade da Beira, que falaram com a Human Rights Watch em separado, disseram que não se lembravam do caso por ter acontecido "há muito tempo". Em resposta às perguntas da Human Rights Watch, o gabinete do presidente Nyusi disse que o governo não tinha registo de ter detido os quatro homens.

O presidente do município da Beira, Daviz Simango, disse ter questionado a sua equipa sobre José João Munera, que trabalhara para o departamento de recolha de resíduos da cidade, e confirmou que este não ia trabalhar desde Abril de 2016. Relatos não confirmados indicam que Munera e o irmão foram detidos devido ao seu envolvimento com a Renamo, disse o presidente do município.¹⁸ A esposa de Manuel Munera afirma que o marido não estava envolvido na política, dizendo que era apenas um comerciante que comprava milho na Gorongosa para vender na Beira.

Em Novembro de 2017, um agente da Polícia de Investigação Criminal (PIC) da Beira, que pediu para permanecer anónimo por medo de represálias, disse que houve pelo menos quatro outros casos de indivíduos desaparecidos na Gorongosa denunciados à polícia de investigação da Beira.¹⁹ O agente recusou-se a partilhar mais detalhes dos casos, mas reconheceu que a polícia não abriu qualquer investigação, porque, segundo ele, "o país estava em guerra".²⁰

Um agente da esquadra da Gorongosa, que também pediu anonimato, disse que todos os casos relacionados com o "conflito armado" foram geridos pelas forças especiais do exército. Disse que a polícia tinha ordens para entregar ao exército todos os detidos ligados à Renamo. Quando lhe solicitámos que fornecesse um contacto nas forças especiais do exército, o oficial disse que não tinha permissão para fornecer essa informação.²¹

Noutro caso, um amigo de Timóteo Bernardo, um condutor de mototáxi, de 27 anos, disse à Human Rights Watch que, em 16 de Fevereiro de 2016, Bernardo foi parado num posto de controlo em Mapombwe, perto da Gorongosa, por soldados do exército. Os soldados

¹⁸ Entrevista de Human Rights Watch com Daviz Simango, prefeito da Beira, Beira, 8 de abril de 2017.

¹⁹ Entrevista da Human Rights Watch com agente da polícia [nome protegido], Beira, 8 de novembro de 2017.

²⁰ Entrevista da Human Rights Watch com agente da polícia, Beira, 8 de novembro de 2017.

²¹ Entrevista telefónica da Human Rights Watch com agente da polícia [nome protegido], Gorongosa, 20 de novembro de 2017.

pediram a sua identificação e, sem explicação, levaram-no num veículo blindado. O amigo disse:

Levaram [o Bernardo] para dentro da tenda em Mapombwe, amarraram-no e trouxeram-no de volta para a estrada principal. Quando as pessoas começaram a aproximar-se para ver o que se estava a passar, eles dispararam tiros para o ar para nos dispersar. Depois, levaram o meu amigo Timóteo para um veículo blindado e arrancaram.

Ele acrescentou que, desde aquele dia, nunca mais o viu nem falou com Bernardo.²²

O amigo de Bernardo também disse que conhecia dois outros mototaxistas que trabalhavam com ele que também foram detidos em diferentes ocasiões, alegadamente porque terem sido acusados pelos soldados de transportar comida e dinheiro para combatentes da Renamo numa base perto da aldeia Casa Banana, na Gorongosa.

Noutro caso, Manuel Fungulane, 28 anos, foi alegadamente detido por soldados perto do posto de controlo de Mapombwe na Gorongosa em 13 de Agosto de 2016. Ninguém o viu ou falou com ele desde então. A sua esposa e a sua mãe disseram à Human Rights Watch que Fungulane estava a levar uma amiga para casa, na sua motocicleta quando os soldados pararam os dois e detiveram Fungulane. Os soldados algemaram Fungulane, colocaram-no num veículo do exército e disseram ao amigo para informar a família de que este tinha sido detido devido às suas ligações com a Renamo. A esposa e a mãe disseram que Fungulane era apenas um comerciante, sem qualquer atividade política.

Quando a esposa de Fungulane foi à polícia à procura do marido, disseram-lhe que devia procurá-lo na base militar de Mapombwe. Quando se dirigiu à base militar, disse que um guarda a mandou à esquadra de polícia na vila da Gorongosa. A mulher disse que procurou pelo marido em vão, juntamente com outras pessoas, durante várias semanas até que finalmente desistiram. "Nunca ninguém encontrou um corpo", disse. "Continuo à espera de que o meu marido volte para casa".²³

²² Entrevista da Human Rights Watch com Domingos António, aldeia da Gorongosa, 5 de abril de 2017.

²³ Entrevista da Human Rights Watch com a esposa de Manuel Fungulane, vila da Gorongosa, 16 de junho de 2017.



Uma foto de Manuel Fungulane (à esquerda), que foi detido por soldados perto do posto de controlo de Mapombwe na Gorongosa, em 13 de agosto de 2016, e que não foi visto ou ouvido desde então.

© 2017 Human Rights Watch

Celestino Dez, vendedor de gasolina, desapareceu em 5 de Maio de 2016 e as autoridades recusaram-se a fornecer informações à sua família. O irmão de Dez disse que os militares o conheciam porque costumava vender-lhes gasolina. Testemunhas disseram que os soldados detiveram Dez na aldeia de Canda, espancaram-no e levaram-no num Ford Ranger semelhante aos que as forças de segurança do governo costumam usar. Disse que inicialmente pensou que o seu irmão tinha sido detido por desentendimentos relacionados com a venda de gasolina, mas rapidamente percebeu que se tratava de algo "mais grave". Disse:

Quando cheguei ao local algumas horas após a sua detenção, vi vestígios de [algo que parecia ser o] seu sangue no chão. As pessoas que testemunharam o caso disseram-me que os homens bateram no meu irmão, amarraram-no e colocaram-no no carro. Depois, arrancaram a alta velocidade com as luzes de emergência ligadas.²⁴

O irmão de Dez disse que denunciou o caso à polícia. Os agentes recolheram provas no local, mas, posteriormente, não forneceram qualquer informação à família. Foi à base militar mais próxima, mas os oficiais disseram-lhe que nada sabiam sobre o caso.

“Desde esse dia, nunca mais vi o meu irmão”, disse.

Quando questionámos o irmão de Celestino Dez sobre os motivos que podem ter levado à sua detenção, este disse que o exército pode ter pensado que fazia parte da Renamo, pois já havia sido acusado no passado de vender gasolina aos combatentes da Renamo.

Na sua resposta à carta da Human Rights Watch, o Gabinete do Presidente não revelou se algum membro das forças de segurança do Estado fora responsabilizado pelo seu envolvimento nos desaparecimentos forçados.

Detenções Arbitrárias e Abusos Sob Custódia

Entre Novembro de 2015 e Dezembro de 2016, as forças de defesa e segurança do Estado detiveram arbitrariamente indivíduos suspeitos de estarem ligados ao grupo armado da Renamo e torturaram ou maltrataram alguns deles sob custódia. O governo ainda não divulgou qualquer informação sobre os membros ou apoiantes da Renamo que deteve ou acusou legalmente, apesar de porta-vozes da polícia terem alegado em várias ocasiões, que detiveram homens armados da Renamo.²⁵

²⁴ Entrevista ao irmão de Celestino Dez, aldeia da Gorongosa, 16 de junho de 2017.

²⁵ Folha de Maputo, “Polícia afirma que detenções da Renamo têm motivações criminais,” 9 de março de 2017, <http://www.folhademaputo.co.mz/pt/noticias/nacional/prm-afirma-que-detencoes-de-membros-da-Renamo-tem-motivacoes-criminais/> (consultado em 22 de novembro de 2017).

O gabinete do presidente, na sua resposta à carta da Human Rights Watch, não forneceu qualquer informação sobre as detenções e acusações dos suspeitos de serem combatentes ou membros da Renamo.

A Human Rights Watch entrevistou quatro homens que alegaram terem sido injustamente detidos e torturados pelas forças de segurança do Estado entre Maio e Junho de 2016. Estes homens foram entrevistados em separado e disseram à Human Rights Watch que as forças de defesa e segurança os acusaram de alimentar os homens armados da Renamo nas montanhas da Gorongosa, situação que negaram.

Um dos homens, o pastor de uma igreja em Tanzaronta, na região da Gorongosa, disse que soldados ao volante de um veículo blindado e de uma carrinha de caixa aberta, chegaram à sua igreja às 14:00 do dia 12 de Maio de 2016 e o detiveram. Explicou o seguinte:

Aproximaram-se de mim e um deles bateu-me na cabeça com uma arma. Depois, mandaram-me entrar no porta-bagagens do carro e levaram-me para a base militar. Quando chegámos, interrogaram-me até às 16:00 ou 17:00... lam-me batendo enquanto me obrigavam a dizer que era combatente da Renamo.²⁶

O pastor disse que viu mais oito homens detidos na base, um dos quais reconheceu como sendo mototaxista em Tanzaronta.

Disse que quando um comandante militar chamado Bambo chegou à base, este reconheceu-o como sendo pastor e ordenou aos soldados que o deixassem ir. Ao sair, o pastor disse que perguntou a um dos guardas o que acontecera aos outros oito homens detidos. O guarda disse que tinham sido mortos. O pastor disse que não viu o mototaxista nem os outros sete homens desde aquele dia.

Moradores da aldeia da Gorongosa disseram à Human Rights Watch que, durante a maior parte de 2016, soldados do governo e agentes da polícia de trânsito montaram postos de controlo nas estradas, onde paravam os transportes públicos e pediam aos passageiros para mostrarem os seus bilhetes de identidade. Os soldados impediam algumas das

²⁶ Entrevista da Human Rights Watch com pastor, Tanzaronta, Gorongosa, 6 de abril de 2016.

peças de seguirem caminho porque os seus nomes apareciam numa lista. Três moradores disseram ter visto soldados a arrancar pessoas de carros, a espancá-las à frente de outros passageiros e a levá-las algemadas para tendas perto do posto de controlo.

Tito, 33 anos, disse que um grupo de cerca de 20 soldados chegou a sua casa em Nyaranga na noite de 22 de Junho de 2016 e lhe disseram que o seu nome estava numa lista de pessoas para serem detidas devido à sua colaboração com a Renamo. Tito diz que os soldados, após terem verificado a sua identidade, colocaram-no na caixa aberta da sua carrinha, juntamente com quatro outros homens detidos com as mãos amarradas. Os soldados levaram os homens para uma floresta perto de Canda, onde lhes disseram para sair da carrinha, ajoelhar-se, entrelaçar os dedos das mãos atrás da cabeça e fechar os olhos, disse Tito. De seguida, os soldados dispararam tiros no ar.

“Depois, um soldado veio na minha direção e começou a gritar: ‘Você é da Renamo!’”, recordou Tito. “Eu respondi ‘Não, não sou’. Depois disse: ‘Corre! Quero ver até onde consegues chegar. Eu levantei-me e comecei a correr. Desde aquele dia, nunca mais voltei a minha casa”.²⁷ Um ano após o incidente, Tito disse que ainda vivia escondido com medo de ser assediado ou detido.

Em Agosto de 2016, os meios de comunicação locais revelaram que os residentes haviam encontrado seis corpos dentro de um carro incendiado numa floresta em Cheringoma, província de Sofala.²⁸ As autoridades disseram que as vítimas foram atacadas e mortas pela Renamo em 12 de Agosto. No entanto, dois homens que alegaram ter escapado ao ataque contaram uma versão diferente à estação de televisão local STV, num hospital onde estavam a receber tratamento.²⁹ Os homens acusaram as forças de segurança de raptar oito homens e de matar seis deles numa execução. Um dos homens disse à STV:

Quando chegámos ao rio, os oficiais mandaram-nos parar e apresentar os nossos documentos. Depois de verificarem os documentos, disseram-nos

²⁷ Entrevista da Human Rights Watch com Tito Dias, Gorongosa, 5 de abril de 2016.

²⁸ Rádio Moçambique, “6 corpos carbonizados pela Renamo em Cheringoma, Sofala,” 14 de agosto de 2016, <http://www.rm.co.mz/index.php/modules-menu/item/13315-200-elementos-do-boko-haram-combatem-com-o-estado-islamico-na-libia> (consultado em 11 de dezembro de 2017).

²⁹ STV, “Seis pessoas mortas em Caia,” 14 de setembro de 2016, <https://www.youtube.com/watch?v=TvKwtqiYh1s> (consultado em 10 de setembro de 2017).

que tínhamos de esperar porque um comandante distrital queria conversar connosco. Mais tarde, mandaram-nos ir para o carro deles e ficaram com as chaves do nosso carro. Conduziram muitos quilómetros até pararmos e os soldados começaram a conversar uns com os outros. Momentos depois, mandaram-nos sair do carro um a um... e começaram a alvejar-nos um a um... Eu saltei do carro e comecei a correr. Dispararam na minha direção... e a bala atingiu-me na cintura.³⁰

O outro homem, que se identificou como cidadão do Bangladesh, disse à STV:

Levaram-nos para o mato. Quando lá chegámos, mandaram os moçambicanos sair do carro e começaram a disparar contra nós, um a um. Quando terminaram com os moçambicanos, um dos soldados agarrou-me pelo casaco... Consegui empurrá-lo e comecei a correr... Dispararam contra mim, mas continuei a correr pelo mato.³¹

As forças de segurança do governo também detiveram, mas não acusaram formalmente, oficiais da Renamo que acreditam terem ajudado os combatentes da Renamo. A Human Rights Watch falou com cinco homens que se identificaram como oficiais da Renamo na Gorongosa, que disseram que viviam escondidos devido ao medo de serem detidos e vítimas de maus-tratos. Os moradores da aldeia da Gorongosa disseram que os soldados começaram à procura de pessoas ligadas à Renamo após homens armados do partido terem invadido a aldeia em 16 de Fevereiro de 2016. De acordo com relatos da comunicação social, pelo menos duas pessoas morreram e outras cinco ficaram feridas durante confrontos entre as forças de segurança e os combatentes da Renamo naquele dia.³²

³⁰ Entrevista a homem moçambicano para a estação de televisão STV, 14 de agosto de 2016, <https://www.youtube.com/watch?v=TvKwtqiYh1s> (consultado em 10 de setembro de 2017).

³¹ Entrevista a homem do Bangladesh para a estação de televisão STV, 14 de agosto de 2016, <https://www.youtube.com/watch?v=TvKwtqiYh1s> (consultado em 10 de setembro de 2017).

³² Folha de Maputo, “Ataque da Renamo a unidade das FDS resulta em dois mortos,” 17 de fevereiro de 2016, <http://www.folhademaputo.co.mz/pt/noticias/nacional/ataque-da-Renamo-a-unidade-das-fds-resulta-em-dois-mortos/> (consultado em 4 de novembro de 2017).



A casa e o carro incendiados de Pinto, membro da Renamo, na aldeia da Gorongosa. Os vizinhos disseram que viram soldados do governo incendiar a casa e o carro em 17 de fevereiro de 2016.

© 2017 Human Rights Watch

Pinto, 43, disse que os soldados vieram à sua procura à escola onde estava a ter aulas na noite após o ataque de 16 de Fevereiro. Explicou como evitou a detenção, mas que posteriormente encontrou a sua casa em chamas:

[Os soldados] disseram: "Estamos à procura do Pinto da Renamo". Tive sorte porque o meu professor e os meus colegas não me denunciaram, apesar de saberem que sou oficial da Renamo. Assim que saíram, eu também saí da escola e corri para casa. Quando cheguei, tinham incendiado tudo. Liguei para um amigo que me disse que os soldados estavam a apanhar todas as pessoas da Renamo nas suas casas. Naquela

noite, eu e três outros oficiais da Renamo deixámos a aldeia e fomos para um esconderijo.³³

Dois residentes que viviam perto da casa de Pinto e dos dois carros incendiados e abandonados, na vila da Gorongosa, disseram à Human Rights Watch que viram os soldados incendiar a casa e os carros.

Outro oficial da Renamo, Carlos, disse que conseguiu fugir após um soldado o ter avisado por mensagem de texto em 21 de Fevereiro de 2016, que os soldados iriam invadir a sua casa:

Eu estava em casa quando recebi uma mensagem de texto de um soldado que é meu amigo. A mensagem dizia que estavam escondidos atrás das árvores à espera de invadir a casa. Espreitei pela janela e vi um deles a preparar-se para atirar algo parecido com uma granada para a minha casa. Fugi a correr pela porta das traseiras e não voltei até hoje.³⁴

Em Abril de 2017, quando a Human Rights Watch entrevistou os cinco oficiais da Renamo, estes ainda estavam escondidos, apesar do cessar-fogo entre o governo e a Renamo. Disseram que tinham medo dos agentes da polícia à paisana na Gorongosa e não quiseram revelar onde estavam.

Destruição de Propriedade

Durante a investigação que levámos a cabo em Abril, Junho e Novembro de 2017, a Human Rights Watch viu pelo menos 32 casas destruídas ou queimadas nas aldeias de Nhampoca, Mukodza, Inhaminga, Nhamapadza, Casa Banana, Vunduzi, Nhamandzi e Gorongosa, província de Sofala, que os moradores disseram terem sido alvo das forças de defesa e segurança. Os moradores disseram ter visto soldados chegar em veículos blindados e camiões, e a incendiar casas e destruir colheitas.

³³ Entrevista da Human Rights Watch a Pinto, Gorongosa, 6 de abril de 2017.

³⁴ Entrevista da Human Rights Watch a Carlos, Gorongosa, 6 de abril de 2017.

Na aldeia de Vunduzi, distrito da Gorongosa, as forças do governo incendiaram e destruíram pelo menos seis casas em Junho de 2016, aparentemente por suspeitas de que pertenciam a apoiantes da Renamo. Três testemunhas disseram que, durante dois dias consecutivos, houve soldados a chegar em Ford Rangers e veículos blindados, que usavam linguagem agressiva e que, sem aviso prévio, incendiaram casas, destruíram residências e celeiros e mataram animais domésticos. Os moradores que tentaram retirar os seus pertences das casas foram forçados a deixá-los.

Um residente de Vunduzi, de 68 anos de idade, que testemunhou o incêndio criminoso, disse que encontrou soldados a destruir a sua propriedade quando voltou da sua plantação:

Começaram a acusar-me de ajudar a esconder homens da Renamo em minha casa. Eu neguei... Então, um dos soldados acendeu um fósforo e atirou-o para a minha casa... Eu implorei-lhes que me deixassem retirar os meus pertences. Eles recusaram.

A Human Rights Watch visitou a propriedade deste indivíduo e viu uma casa queimada e os vestígios carbonizados do que parecia ser um celeiro. O homem disse que perguntou aos soldados por que razão estavam a destruir os seus pertences, ao que responderam: "Ordens do comandante".³⁵

Um homem de 62 anos de idade em Vunduzi disse que os soldados roubaram os seus pertences antes de incendiarem a sua casa. Na sua propriedade, a Human Rights Watch viu vestígios do que pareciam ter sido casas de palha. Disse:

[Os soldados] entraram na casa e pegaram no meu rádio e telemóvel. Um dos soldados agarrou em duas das minhas galinhas antes de deitar fogo a tudo. Nem sequer teve vergonha... Pegou nas galinhas, entrou no seu carro e foi-se embora.³⁶

³⁵ Entrevista da Human Rights Watch a [nome retido], Vunduzi, 13 de junho de 2017.

³⁶ Entrevista da Human Rights Watch a [nome retido], Vunduzi, 13 de junho de 2017.



Uma mulher e o seu filho à frente da sua casa com buracos de balas, na aldeia de Mukodza, Gorongosa. Disseram que os soldados chegaram em veículos do exército e que dispararam sem aviso prévio contra a casa em junho de 2016, forçando-os a fugir por uma janela. © 2017 Human Rights Watch

Os moradores da aldeia de Mukodza disseram que os soldados dispararam as armas contra as suas casas. Uma mulher de 54 anos explicou o que viu:

Eu estava dentro de casa com o meu filho de 16 anos quando eles chegaram. Tínhamos ouvido o que acontecera nas outras casas no dia anterior. Por isso, decidimos esconder-nos. Eles dispararam as armas contra a nossa casa. O meu filho conseguiu saltar da janela e ajudou-me a fazer o mesmo... Começámos a correr e escondemo-nos nas plantações. Quando voltámos para casa, tinha desaparecido tudo com o fogo.³⁷

³⁷ Entrevista da Human Rights Watch a [nome retido], Mukodza, 14 de junho de 2017.

A Human Rights Watch ouviu relatos credíveis de que as forças do governo também incendiaram casas nas aldeias Nhamatema, Honde, Chiula e Maguti na da província de Manica. Em Junho de 2017, num campo para deslocados internos em Vanduzi, província de Manica, a Human Rights Watch entrevistou duas dezenas de pessoas que disseram que as suas casas foram incendiadas por soldados do governo entre Março e Dezembro de 2016.³⁸

³⁸ Entrevistas da Human Rights Watch no antigo campo de deslocados internos de Vanduzi, Vanduzi, 15 de junho de 2017.

III. Abusos cometidos pela Renamo

A Human Rights Watch documentou casos de homens armados da Renamo que cometeram violações graves dos direitos humanos entre Novembro de 2015 e Dezembro de 2016, incluindo raptos e homicídios de figuras políticas, ataques a transportes públicos e saque de postos médicos em áreas remotas. Testemunhas disseram à Human Rights Watch que estes homens armados costumavam usar uniformes verde-escuro semelhantes aos utilizados pela guarda privada do líder da Renamo. Traziam espingardas de assalto AK-47 consigo e apresentavam-se frequentemente como combatentes da Renamo. Alguns dos abusos documentados assemelham-se aos relatados pelo Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, que alegou em meados de 2016 que a Renamo tinha visado indivíduos que considerava terem ligações ao partido no poder, a Frelimo, ou cooperarem com as forças de segurança, bem como atacado autocarros nas estradas através de atiradores furtivos.³⁹

Assassinatos Políticos

Desde Outubro de 2015, os homens armados da Renamo foram implicados em homicídios de pessoas ligadas, ou que se acredita estarem ligadas, à Frelimo. Em Outubro de 2016, a Frelimo apresentou à Human Rights Watch os nomes de 15 membros que foram alegadamente assassinados, seis que foram alegadamente espancados e seis que foram alegadamente raptados nas províncias de Manica, Sofala, Inhambane e Nampula entre Fevereiro de 2015 e Setembro de 2016, juntamente com as datas e locais dos alegados incidentes.

A Frelimo disse que a Renamo era responsável pelos crimes, mas não forneceu qualquer informação que sustentasse a acusação. A Human Rights Watch investigou seis dos casos, incluindo três dos assassinatos, e concluiu que estas vítimas foram mortas ou atacadas porque a Renamo aparentemente suspeitava que tivessem fornecido informações às forças de defesa e segurança do governo.

³⁹ United Nations News Centre, “Mozambique: UN reports ‘worrying’ information about human rights violations,” 29 de abril de 2016, <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=53821> (consultado em 23 de julho de 2017).

Em 2 de Setembro de 2016, alegados atiradores da Renamo raptaram e mataram o regulo (chefe tradicional) de Nhampoca, Joaquim Chirangano, e outro homem, o chefe do posto administrativo da Tica, Abílio Jorge. Três homens que testemunharam os raptos disseram que as autoridades locais do distrito de Nhamatanda convocaram uma reunião com moradores da aldeia de Nhampoca para discutir as indemnizações para as pessoas que perderam propriedades durante as incursões do exército. Na reunião, Chirangano pediu aos residentes que não abandonassem a aldeia, apesar dos confrontos entre as forças governamentais e a Renamo. Testemunhas disseram que, durante a reunião, homens armados que se identificaram como combatentes da Renamo capturaram Chirangano e Jorge. Posteriormente, os moradores encontraram os corpos cravados de balas dos dois homens nas proximidades.

Um dos homens que participaram na reunião disse:

Um dos homens [da Renamo] estava lá entre nós. Nós achávamos que era um dos aldeões. De repente, ele levantou-se, tirou uma AK-47 de um saco... e ordenou que a reunião parasse. Depois, quatro outros homens saíram do mato e levaram o regulo [Chirangano] e o administrador local com eles. Mais tarde, encontrámos os corpos do regulo e do administrador no mato.⁴⁰

Outro homem que testemunhou o rapto disse que os alegados combatentes da Renamo entregaram uma bandeira aos aldeões, que disseram ter trazido de casa de Chirangano, e disseram-lhes para transmitir às autoridades locais a mensagem de que a Renamo tinha levado Chirangano e Jorge. "Nós reconhecemos alguns deles", disse o homem. "Conhecemos as pessoas da Renamo".⁴¹

Dois outros homens disseram que se juntaram aos residentes locais três horas após a reunião, para ajudar a transportar os corpos de Chirangano e Jorge, que foram encontrados numa mata próxima. Um dos homens, José, disse:

Quando chegámos ao lugar onde os corpos tinham sido largados, os cadáveres ainda estavam frescos... Tinham tiros pelo corpo todo e a cabeça

⁴⁰ Entrevista telefónica da Human Rights Watch a Jorge, Nhamatanda, 22 de junho de 2017

⁴¹ Entrevista da Human Rights Watch a André, Nhampoca, 7 de novembro de 2017.



A esposa e a filha do regulo (chefe tradicional) de Muxungue, Makotori José Mafussi, mostram uma foto de Mafussi (sentado) e de dois familiares. Homens que se crê serem combatentes da Renamo mataram Mafussi em sua casa em 21 de julho de 2016. © 2017 Human Rights Watch

do regulo tinha sido cortada das costas para a frente com um objeto... um machado, acho. Amarrámos os corpos às nossas bicicletas e levámo-los para o posto médico.⁴²

José disse que a polícia nunca foi à aldeia para investigar os homicídios.

O regulo de Muxungue, Makotori José Mafussi, foi morto em 21 de Julho de 2016. Uma das suas filhas disse que o pai começou a receber ameaças após ter sido acusado de ajudar as forças do governo a identificar ativistas da Renamo nas regiões de Muxungue e Chibabava. “No dia em que foi morto, ele encontrou um membro da Renamo chamado

⁴² Entrevista da Human Rights Watch a José, Nhampoca, 7 de novembro de 2017.

[nome omitido] no mercado", disse. "Quando chegou a casa, disse-nos que o homem o tinha avisado de que ia ser o próximo a morrer."⁴³

A filha de Mafussi descreveu o assassinato do pai, a noite, pelo homem que assumiu ser o mesmo que o pai referira de manhã:

Ele chegou à nossa propriedade e começou a andar rapidamente em direção ao meu pai... Eu gritei: "Quem és tu?" Ele disse-me para me afastar... Depois, virei-me para o meu pai para avisá-lo... Mas já era tarde demais porque ele já estava perto do meu pai. Depois, deu-lhe um tiro na cabeça.⁴⁴

Quando a polícia chegou ao local, encontrou uma carta escrita à mão no chão, na qual os atacantes explicavam por que razão mataram Mafussi. A carta dizia que Mafussi havia sido morto por ter colaborado com as forças de segurança do governo.

Na noite de 2 de Junho de 2016, em Honde, distrito de Barue, homens armados e de uniforme verde-escuro que se identificaram como combatentes da Renamo mataram dois homens que acusaram de serem informadores das autoridades e das forças de segurança. Duas testemunhas disseram que os homicídios ocorreram dois dias depois de as forças do governo terem feito uma emboscada a combatentes da Renamo na área. A nora de uma das vítimas, Fungai Faniel, que era membro da Frelimo, disse que os homens bateram à porta da casa da família e chamaram o seu sogro pelo nome. Quando Faniel abriu a porta, os homens forçaram-no a sair de casa, espancaram-no gravemente e deixaram-no às portas da morte. A nora disse:

Já era tarde quando chegaram. Estávamos a dormir quando ouvimos vozes masculinas a chamar o nome do meu sogro. Fui ver o que se passava e, quando espreitei por um buraco, vi quatro homens. Não pareciam soldados das Fadem e não tinham carro..., mas tinham uniformes: roupas escuras.⁴⁵ Quando o meu sogro abriu a porta, eles puxaram-no para fora e começaram

⁴³ Entrevista da Human Rights Watch à filha do regulo de Muxungue, 16 de junho de 2017.

⁴⁴ Entrevista da Human Rights Watch à filha do regulo de Muxungue, 16 de junho de 2017.

⁴⁵ Fadem é o nome local para as FADM (Forças Armadas de Defesa de Moçambique).

a agredi-lo com armas na cabeça. Depois, um deles disse: deixem-no... ele já aprendeu a lição... e foram-se embora. Foi aí que saímos dos nossos esconderijos e tentámos salvar o pai..., mas ele já estava morto.⁴⁶

Outro indivíduo disse que homens armados foram a sua casa em Honde na mesma noite à sua procura porque acreditavam que era informador do governo. Como não estava em casa, raptaram e, posteriormente, mataram o seu pai. Disse:

Durante duas semanas, não paravam de me ligar para me avisar de que, se eu não aparecesse, iam matar o meu pai. Os mais velhos aconselharam-me a sair da aldeia... Foi aí que fui para o campo de refugiados em Vanduzi [a cerca de 70 quilómetros de distância]. Então, um dia, a minha família ligou-me para me dizer que tinham encontrado o corpo do meu pai no rio Pungue. Não voltei à aldeia para o funeral do meu pai porque tinha medo.⁴⁷

A Renamo negou ter matado oficiais do governo ou membros da Frelimo e acusou a Frelimo de culpar a Renamo pelos seus próprios crimes (ver Apêndice V).

Ataques aos Transportes Públicos

Os homens armados da Renamo realizaram vários ataques contra os transportes públicos, principalmente na estrada N1 que liga o norte e o sul de Moçambique, entre os rios Save e Zambeze nas províncias de Manica e Sofala. A polícia moçambicana disse ter registado 19 ataques só em Fevereiro de 2016.⁴⁸ O Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos disse que os ataques dos franco-atiradores da Renamo aos transportes públicos que viajavam na N1, mataram vários passageiros.⁴⁹

⁴⁶ Entrevista de Human Rights Watch a [nome retido], Honde, Vanduzi, 15 de junho de 2016.

⁴⁷ Entrevista da Human Rights Watch a [nome retido], Honde, Vanduzi, 15 de junho de 2016.

⁴⁸ VOA, “Polícia diz que ataques da Renamo provocaram 3 mortos,” 25 de fevereiro de 2016, <https://www.voaportugues.com/a/ataques-mortos-Renamo-moambique/3207972.html> (consultado em 3 de novembro de 2017).

⁴⁹ United Nations News Centre, “Mozambique: UN reports ‘worrying’ information about human rights violations,” 29 de abril de 2016, <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=53821> (consultado em 3 de novembro de 2017).

Em 13 de Fevereiro de 2016, por exemplo, a comunicação social e a polícia locais denunciaram que a Renamo tinha levado a cabo pelo menos três ataques a veículos que viajavam na N1, ferindo pelo menos três pessoas em Muxungue, distrito de Chibabava, província de Sofala, e outras quatro pessoas entre Nhamapaza e Caia, no distrito de Maringué, também na província de Sofala.⁵⁰ Em Março de 2016, homens armados da Renamo levaram a cabo pelo menos quatro ataques contra autocarros que viajavam entre as províncias de Manica, Sofala e Zambézia. As autoridades disseram que pelo menos três pessoas foram mortas e várias outras ficaram feridas nos ataques.⁵¹ Uma mulher de 27 anos que foi ferida durante um ataque em Honde, Chibabava, em 5 de Março de 2016, disse à Human Rights Watch que homens armados fizeram uma emboscada ao autocarro e começaram a disparar. Enquanto as pessoas tentavam esconder-se nos seus assentos, o motorista perdeu o controlo e o autocarro despistou-se contra uma árvore. A mulher disse:

Apareceram de repente do nada, no mato, e começaram a disparar contra o autocarro. Estávamos todos em pânico... Sabíamos que a estrada era perigosa porque tínhamos ouvido falar de outros ataques. Mas estávamos à espera de que os combates fossem contra soldados.⁵²

Homens armados da Renamo alegadamente também atacaram pelo menos três autocarros de passageiros interprovinciais em 22 de Maio e em 29 de Junho de 2016 em Machanga, segundo relatos da comunicação social.⁵³

Em Março de 2016, o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, confirmou um ataque da Renamo de 5 de Março de 2016 contra um autocarro da empresa privada Nagi, em Honde, província de Manica, declarando que o autocarro transportava soldados de Chimoio para Tete. "Um

⁵⁰ Jornal de Notícias, "Três feridos em ataques da Renamo em Sofala," 13 de fevereiro de 2016, <http://jornalnoticias.co.mz/index.php/politica/50899-tres-feridos-em-ataques-da-Renamo-em-sofala> (consultado em 10 de novembro de 2017).

⁵¹ RTP, "Três mortos em ataques da Renamo na semana passada," 15 de março de 2016, https://www.rtp.pt/noticias/mundo/tres-mortos-em-ataques-da-Renamo-na-semana-passada-no-centro-de-mocambique_n903892 (consultado em 3 de novembro de 2017).

⁵² Entrevista telefónica da Human Rights Watch, 12 de setembro de 2017

⁵³ Televisão de Moçambique, TVM, "Renamo ataca três autocarros," 22 de maio de 2016, <https://www.youtube.com/watch?v=kVTGNbbCbN4> (consultado em 13 de setembro de 2017).

ou mais membros da população" podem ter morrido em Honde onde ocorreu o incidente, bem como 39 soldados, disse Dhlakama.⁵⁴

Ataques a Centros de Saúde

Os homens armados da Renamo invadiram pelo menos cinco hospitais ou clínicas médicas em Julho e Agosto de 2016 para saquear remédios e provisões, restringindo o acesso a cuidados de saúde a milhares de pessoas em áreas remotas das províncias de Zambézia, Tete e Niassa. Duas testemunhas disseram que por volta das 3:00 do dia 30 de Julho de 2016, homens armados da Renamo entraram na aldeia de Mopeia, na província da Zambézia.⁵⁵

Um médico que trabalhava na clínica disse à Human Rights Watch que homens armados roubaram vacinas, seringas e antibióticos. "[Homens armados] lançaram o pânico e as pessoas correram pela vida", disse. "Passaram alguns dias até que os moradores pudessem voltar à clínica".⁵⁶ O médico, que também trabalha no hospital do distrito de Mopeia, situado a cerca de 8 quilómetros da aldeia, disse que os homens armados incendiaram os registos médicos dos pacientes antes de seguirem para o hospital.

Uma enfermeira do Hospital de Mopeia descreveu o ataque dos homens armados ao hospital:

Eram cerca de 15, mas nem todos tinham armas... Entraram na ala onde os pacientes estavam a dormir, disseram a todos que se fossem embora... e levaram tudo... lençóis, mosquiteiros... Ninguém foi agredido. Eles não nos tocaram.⁵⁷

⁵⁴ Deutsche Welle, "Até ao fim de março governaremos seis províncias moçambicanas", reafirma Dhlakama à DW África," 14 de março de 2016, <http://www.dw.com/pt-002/at%C3%A9-fim-de-mar%C3%A7o-governaremos-seis-prov%C3%ADncias-mo%C3%A7ambicanas-reafirma-dhlakama-%C3%A0-dw-%C3%A1frica/a-19115617> (consultado em 5 de dezembro de 2017).

⁵⁵ O Observador, "Renamo volta a atacar no centro de Moçambique," 1 de agosto de 2016, <http://observador.pt/2016/08/01/Renamo-volta-a-atacar-no-centro-de-mocambique/> (consultado em 5 de dezembro de 2017).

⁵⁶ Entrevista telefónica da Human Rights Watch a médico em Mopeia, 21 de agosto de 2017. Veja também <https://www.hrw.org/news/2016/08/24/mozambique-opposition-group-raids-hospitals>, 24 de agosto de 2016.

⁵⁷ Entrevista telefónica da Human Rights Watch a enfermeira, 21 de agosto de 2016.

No dia seguinte, a comunicação social moçambicana divulgou que cerca de uma dezena de homens armados da Renamo invadiram a aldeia de Maiaca, distrito de Maúá, na província do norte de Niassa. Durante a invasão, atacaram a clínica médica local e uma esquadra de polícia. Incidentes similares ocorreram em Tome, província do Inhambane do sul, e no distrito de Tsangano, na província ocidental de Tete.⁵⁸

Em 5 de Agosto de 2016, o líder da Renamo, Dhlakama, deu uma entrevista por telefone à estação de televisão de Moçambique STV, na qual confirmou que deu ordens para atacar algumas áreas da província da Zambézia, mas não especificou os alvos nem referiu os centros de saúde.⁵⁹ Em resposta às questões da Human Rights Watch, na generalidade a Renamo negou os ataques a civis, mas não referiu os casos específicos mencionados pela Human Rights Watch.

⁵⁸ VOA, “Ataque atribuído à Renamo contra registo civil e posto médico na província de Tete”, 6 de julho de 2016, <https://www.voaportugues.com/a/ataque-Renamo-tete/3406841.html> (consultado em 22 de novembro de 2017).

⁵⁹ Entrevista da STV a Afonso Dhlakama, 4 de agosto de 2016, <https://www.youtube.com/watch?v=PQpRCrEzyOo>, (consultado em 23 de julho de 2017).



Buraco de bala na janela do Hospital Distrital de Morrumbala após a invasão dos homens da Renamo em 12 de agosto de 2016. © 2016 Nova Radio Paz - Quelimane

IV. Falha do Governo em Investigar Abusos

As autoridades moçambicanas, nomeadamente a Polícia de Investigação Criminal, não conseguiram investigar as violações graves de direitos humanos alegadamente cometidas por forças de segurança do governo, incluindo assassinatos politicamente motivados, desaparecimentos forçados e destruição de bens. Mesmo no caso dos crimes pelos quais as autoridades culpam os combatentes da Renamo, como assassinatos e ataques aos transportes públicos, as autoridades aparentemente não fizeram nenhuma detenção.

Os governos têm o dever de investigar imparcialmente e processar adequadamente as violações graves dos direitos humanos. O Comité de Direitos Humanos da ONU, que monitoriza o cumprimento do PIDCP, diz que os governos têm não só o dever de proteger os seus cidadãos de tais violações, como também de investigar as violações que ocorrem, bem como de levar os perpetradores à justiça.⁶⁰ A legislação internacional em matéria de direitos humanos também consagra o direito a um recurso efetivo, inclusive a compensação pelos abusos.⁶¹

Em relação às mortes potencialmente ilegais, em 2016, o Gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos reviu as diretrizes para investigações sobre direitos humanos. Conhecidas como Protocolo de Minnesota, as diretrizes proclamam que estas investigações devem ser rápidas, eficazes e minuciosas, bem como independentes, imparciais e transparentes.⁶²

⁶⁰ Comité de Direitos Humanos da ONU, Comentário Geral n.º 31 sobre o Artigo 2.º do Pacto: A natureza das obrigações jurídicas gerais impostas aos Estados-Partes no Pacto, U.N. Doc. CCPR/C/74/CRP.4/Rev.6 (2004), pará. 15. Segundo o comité, quando as investigações revelam violações dos direitos humanos: "Os Estados-Partes devem garantir que os responsáveis são levados à justiça. Quanto à falta de investigação, a falha em apresentar à justiça os autores de tais violações pode, por si só, dar origem a uma violação separada do Pacto. Estas obrigações decorrem, nomeadamente, das violações reconhecidas como criminais nos termos do direito nacional ou internacional, como a tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes semelhantes (artigo 7.º), [e] homicídios sumários e arbitrários (artigo 6.º) [...] Na verdade, o problema da impunidade por estas violações, uma questão de preocupação constante do Comité, pode ser um importante elemento contributivo na reincidência das violações". Ibid., pará. 18.

PIDCP, art.º 61.º 2(3).

⁶² Manual da ONU sobre a Prevenção e Investigação Eficaz de Execuções Extrajurídicas, Arbitrárias e Sumárias (Protocolo de Minnesota), <http://www.ohchr.org/EN/Issues/Executions/Pages/RevisionofUNManualPreventionExtraLegalArbitrary.aspx> (consultado em 10 de dezembro de 2017).

Num caso bastante divulgado de 2016, as forças de defesa e segurança parecem ter impedido ativamente os meios de comunicação independentes, bem como outros, de investigar uma suposta sepultura em massa, bem como 15 corpos não identificados que foram encontrados em Abril desse ano, numa área entre as províncias de Manica e Sofala.

A Procuradora-Geral Beatriz Buchili, bem como os ministros da Justiça e do Interior, não responderam à carta da Human Rights Watch de Setembro de 2016, que a questionava sobre as medidas que o seu gabinete tomara para julgar alguns dos assassinatos de figuras públicas (ver Apêndice III).

Alegada Sepultura em Massa na Gorongosa

Em 27 de Abril de 2016, moradores do distrito da Gorongosa informaram vários meios de comunicação social que tinham descoberto uma sepultura massiva com cerca de 120 cadáveres entre Canda e Macossa.⁶³ Eles disseram aos jornalistas que descobriram os corpos dentro de uma antiga mina de ouro, após se terem apercebido do cheiro de cadáveres em decomposição. Os meios de comunicação que publicaram a história não conseguiram verificar a existência da sepultura em massa, alegadamente porque as forças de segurança bloquearam o acesso à antiga mina.⁶⁴

Em 29 de Abril, a polícia afirmou que os investigadores enviados para a área não conseguiram encontrar a sepultura em massa.⁶⁵ No entanto, no dia seguinte, jornalistas da Deutsche Welle e da agência de notícias portuguesa LUSA, visitaram a área e fotografaram cerca de 15 corpos espalhados no mato por baixo de uma ponte, perto de onde os moradores locais alegaram estar a vala comum. Algumas das vítimas pareciam ter sido mortas recentemente, enquanto outros corpos apresentavam sinais de decomposição mais avançados, de acordo com imagens vistas pela Human Rights Watch e pelos

⁶³ Diário de Notícias, “Descoberta vala comum com mais de cem cadáveres,” 28 de abril de 2016, <http://www.dn.pt/mundo/interior/descoberta-vala-comum-com-mais-de-cem-cadaveres-5148676.html> (consultado em 20 de julho de 2017).

⁶⁴ A Verdade, “Corpos espalhados perto de vala comum, vigiada pelas FDS, na Gorongosa,” 1 de maio de 2016, <http://www.verdade.co.mz/newsflash/57785-corpos-espalhados-perto-de-vala-comum-vigiada-pelas-fds-na-gorongosa> (consultado em 11 de dezembro de 2017).

⁶⁵ O Público, “Governo de Moçambique desmente vala comum,” 30 de abril de 2016, <https://www.publico.pt/2016/04/30/mundo/noticia/governo-de-mocambique-desmente-vala-comum-e-policia-continua-a-investigar-1730591> (consultado em 24 de julho de 2017).

jornalistas que tiraram as fotografias.⁶⁶ Devido à presença de forças de segurança no local, os jornalistas não conseguiram chegar à vala identificada pelos moradores locais. Um dos jornalistas que visitou a ponte disse à Human Rights Watch que foi perseguido para fora da área, juntamente com um colega, por homens armados em motas, quando estavam a tentar chegar à mina antiga.⁶⁷

Em 1 de Maio, um porta-voz da polícia disse à Human Rights Watch que o governo não tinha encontrado nenhum corpo na área, embora não tenha conseguido fornecer detalhes sobre a investigação, inclusive em que altura a equipa do governo visitou a área, onde procuraram e quem fazia parte da equipa.⁶⁸ Quando foi informado de que a comunicação social publicara fotos de cerca de 15 corpos, pediu algum tempo para verificar a história, mas nunca atendeu nenhuma das repetidas chamadas que lhe fizemos.

Em 5 de Maio, a estação de televisão local STV visitou a área onde os corpos foram encontrados e transmitiu imagens que mostravam 13 corpos ainda espalhados por baixo da ponte.⁶⁹ Em resposta, o governador da província de Manica anunciou que, por aquela altura, a decomposição tornara impossível identificar os corpos e que as vítimas seriam recolhidas e enterradas.⁷⁰ Apesar deste comunicado, jornalistas da Al Jazeera visitaram o local em 25 de Maio e ainda encontraram 15 corpos.⁷¹

Face às críticas dos grupos de direitos humanos e dos meios de comunicação, o Ministério Público de Manica anunciou que iria transferir os corpos para o hospital da Beira e que iria investigar o caso. Em 26 de Maio, a Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais e Jurídicos e Direitos Humanos abriu uma investigação às alegações da existência da vala comum. A comissão incluía membros do partido no poder, a Frelimo, e da oposição, o

⁶⁶Entrevista da Human Rights Watch a editor da Lusa, Henrique Botequilha, 23 de maio de 2016.

⁶⁷ Entrevista da Human Rights Watch a Arsénio Sebastião, repórter da Deutsche Welle, 3 de maio de 2016.

⁶⁸ Entrevista da Human Rights Watch com o porta-voz da polícia, Inácio Dina, 1 de maio de 2016.

⁶⁹ “STV confirma existência de corpos,” 5 de maio de 2016, <http://noticias.sapo.mz/info/artigo/1473757.html> (consultado em 10 de setembro de 2017).

⁷⁰ Dois especialistas forenses disseram à Human Rights Watch que é possível identificar cadáveres mesmo em estágio avançado de decomposição.

⁷¹ As imagens de vídeo da Al Jazeera mostravam corpos cobertos de areia, por baixo de uma ponte em Makossa. Ver também, “Bodies found in mass graves in Mozambique,” 25 de maio de 2016, <https://www.youtube.com/watch?v=gFn8RRdOXxk> (consultado em 10 de setembro de 2016).

Movimento Democrático de Moçambique (MDM). A Renamo boicotou a investigação alegando que não seria imparcial.

Em 1 de Junho, o chefe da comissão, o deputado da Frelimo Edson Macuacua, anunciou que a comissão concluiria o seu trabalho após falar com regulos locais (chefes tradicionais), líderes comunitários e moradores locais. A comissão não encontrou nenhuma sepultura em massa no distrito da Gorongosa, mas confirmou a existência de 15 corpos no local perto da ponte, disse Macuacua.⁷² Em vídeos transmitidos pela televisão estatal, um líder da comunidade que se reunira com os membros da comissão negou a existência de uma vala comum e dos 15 corpos.

Em 6 de Junho, o único membro da oposição parlamentar que participou na visita da comissão à Gorongosa, Sílvia Cheia do MDM, distanciou-se das descobertas da comissão. Ela acusou Macuacua de "tirar conclusões precipitadas" e de "intimidar" os moradores locais durante as entrevistas.⁷³

Dez meses depois, em Abril de 2017, o gabinete do procurador da província de Manica disse que em breve anunciaria os resultados das autópsias que foram realizadas a 11 dos 15 corpos que foram transferidos para o Hospital da Beira. Um funcionário do hospital disse que as autópsias foram concluídas em Março de 2017 e os resultados foram enviados ao procurador em Manica.⁷⁴

Em Abril de 2017, dois residentes levaram um investigador da Human Rights Watch a uma estrada perto de Canda, que, segundo eles, conduzia à mina que continha a alegada sepultura comum. O investigador foi impedido de prosseguir por forças de defesa e segurança com uniformes do exército, num posto de controlo na estrada, alegando "razões de segurança".

⁷² Club of Mozambique, "No Mass Graves – says parliamentary commission", 1 de junho de 2016, <http://clubofmozambique.com/news/no-mass-grave-says-parliamentary-commission-mozambique/> (consultado em 16 de setembro de 2017).

⁷³ RFI, "MDM critica comissão parlamentar," 7 de junho 2016, <http://pt.rfi.fr/mocambique/20160607-mdm-critica-comissao-parlamentar> (consultado em 3 de novembro de 2017).

⁷⁴ RTP, "Justiça promete divulgar autópsias, um ano depois...", 19 de abril de 2017, https://www.rtp.pt/noticias/mundo/justica-promete-divulgar-autopsias-um-ano-apos-denuncia-de-valas-comuns-em-mocambique_n996179 (consultado em 2 de novembro de 2017).

Em Novembro de 2017, as autoridades ainda não haviam divulgado informações sobre os resultados da autópsia ou sobre a investigação à alegada sepultura em massa.

Crimes com Aparente Motivação Política

As autoridades moçambicanas não investigaram pelo menos 10 homicídios ou tentativas de homicídio de alto nível com motivações aparentemente políticas em Moçambique desde Março de 2015.

- Em 3 de Março de 2015, o advogado constitucionalista Gilles Cistac foi morto a tiro no exterior de um café no centro de Maputo. Testemunhas dizem que estava a entrar no carro, estacionado à porta do edifício, quando quatro indivíduos não identificados começaram a disparar de outro carro, tendo matado Cistac e o seu motorista. A família e amigos de Cistac dizem que este começou a receber ameaças desde que defendera publicamente a contestada constitucionalidade da petição da Renamo para criar autoridades provinciais autónomas.⁷⁵
- Em 16 de Janeiro de 2016, o secretário-geral da Renamo, Manuel Bissopo, foi atingido a tiro e ficou gravemente ferido quando viajava de carro no centro da cidade da Beira, na província de Sofala. O seu guarda-costas morreu. O incidente teve lugar poucas horas após uma conferência de imprensa na qual Bissopo acusou as forças de defesa e segurança do Estado de raptar e matar membros do seu partido.⁷⁶
- Em 4 de Fevereiro de 2016, o alto oficial da Renamo Filipe Jonasse Machatine foi encontrado morto com oito tiros em Gondola, província de Manica, dois dias após ter sido raptado por homens não identificados.⁷⁷
- Em 7 de Março de 2016, um alto oficial da Renamo na província de Inhambane, Aly Jane, foi encontrado morto após ter desaparecido quatro dias antes. O seu corpo,

⁷⁵ BBC News, “Mozambique lawyer Giles Cistac assassinated in Maputo,” 3 de março de 2016, <http://www.bbc.com/news/world-africa-31709161> (consultado em 5 de dezembro de 2017).

⁷⁶ ENCA News, “Mozambique’s Renamo leader shot and wounded,” 21 de janeiro de 2016, <http://www.enca.com/africa/mozambiques-Renamo-leader-shot-and-wounded> (consultado em 5 de dezembro de 2017).

⁷⁷ Jornal de Notícias, “Dirigente da oposição raptado em Moçambique foi encontrado morto,” 5 de fevereiro de 2016, <https://www.jn.pt/mundo/palops/interior/dirigente-da-oposicao-raptado-em-mocambique-foi-encontrado-morto-5016847.html> (3 de dezembro de 2017).

encontrado perto do Rio Nhanombe, entre os distritos de Maxixe e Homoine, exibia sinais de violência.⁷⁸

- Em 9 de Abril de 2016, José Manuel, membro da Renamo do Conselho Nacional de Defesa e Segurança, foi morto a tiro ao pé do Aeroporto Internacional da Beira após ter chegado de Maputo. Alega-se que a polícia demorou cerca de dez horas a chegar ao local e a dar início à investigação.⁷⁹
- Em 22 de Junho de 2016, o corpo de um alto oficial da Frelimo na província de Manica, José Fernando Nguiraze, foi encontrado dentro de casa por vizinhos com ferimentos de bala. Este vivia sozinho porque a família fora evacuada por motivos de segurança. A polícia disse que o crime foi cometido por quatro membros não identificados da Renamo, mas não forneceu provas que sustentassem a alegação.⁸⁰
- Em 2 de Setembro de 2016, o administrador de Tica, no distrito de Nhamatanda, província de Sofala, Jorge Abílio, foi assassinado por homens armados que a polícia identificou como combatentes da Renamo. Abílio foi apanhado numa emboscada após ter participado numa reunião comunitária em que tentou convencer os residentes locais a não abandonar a região apesar dos frequentes confrontos entre o exército moçambicano e combatentes da Renamo.⁸¹
- Em 22 de Setembro de 2016, o alto oficial da Renamo no distrito de Moatize e membro da assembleia provincial local de Tete, Armindo Nkutche, morreu após ter sofrido seis tiros na rua, poucas horas depois de ter falado na sessão de encerramento da assembleia.⁸²
- Em 8 de Outubro de 2016, Jeremias Pondeca, membro da Renamo de uma equipa que preparava uma reunião entre o presidente Nyusi e o líder da Renamo, Afonso

⁷⁸ Verdade, “Membro do partido Renamo encontrado morto em Inhambane,” 8 de março de 2016, <http://pda.verdade.co.mz/newsflash/57120-membro-do-partido-Renamo-encontrado-morto-em-inhambane> (consultado em 5 de dezembro de 2017).

⁷⁹ Club of Mozambique, “Senior Renamo member murdered in drive-by shooting Saturday night,” 11 de abril de 2016, <http://clubofmozambique.com/news/senior-Renamo-member-murdered-in-drive-by-shooting-saturday-night-beira-mozambique/> (consultado em 5 de dezembro de 2017).

⁸⁰ Jornal Notícias, “Secretários da Frelimo mortos por homens armados”, 5 de julho de 2016, <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/politica/51908-secretarios-da-frelimo-mortos-por-homens-armados.html> (consultado em 5 de dezembro de 2017).

⁸¹ All Africa, “Mozambique: Renamo Murders Officials in Sofala,” 3 de setembro de 2016, <http://allafrica.com/stories/201609030155.html> (consultado em 5 de dezembro de 2017).

⁸² VOA, “Dirigente da Renamo assassinado em Moatize,” 22 de setembro de 2016, <https://www.voaportugues.com/a/dirigente-Renamo-assassinado-moatize-esquadros/3521836.html> (consultado em 5 de dezembro de 2017).

Dhlakama, foi morto a tiro durante a sua corrida matinal na principal praia de Maputo, Costa do Sol. A família só teve conhecimento do seu homicídio no dia seguinte, após ter contactado as autoridades para reportar o seu desaparecimento, tendo-lhes sido dito que um cadáver não identificado, com ferimentos de bala, fora levado para a morgue. As investigações policiais preliminares sugerem que quatro homens que seguiam Pondeca de carro se aproximaram da vítima e dispararam dois tiros na cabeça e outro no abdómen, tendo depois fugido.⁸³

- Em 4 de Outubro de 2017, o presidente do município de Nampula e membro do partido da oposição MDM, Mahamudo Amurane, foi atingido a tiro e morto perto de sua casa por homens não identificados.⁸⁴

Até à data, a Procuradora-Geral Beatriz Buchili ainda não respondeu à carta da Human Rights Watch de Setembro de 2016, que a questionava sobre as medidas que o seu gabinete tomara para investigar ou julgar estes casos (ver Apêndice III). A Polícia de Investigação Criminal (PIC) de Moçambique, que é o órgão estatal responsável pela condução das investigações criminais, não concluíra nenhuma investigação a nenhum destes casos, nem foi capaz de identificar nenhum suspeito.

⁸³ News 24, “Senior Mozambique opposition member shot dead,” 9 de outubro de 2016, <https://www.news24.com/Africa/News/senior-mozambique-opposition-member-shot-dead-20161009-79> (consultado em 5 de dezembro de 2017). Veja também o comunicado de imprensa da Human Rights Watch, “Moçambique: Proeminente Líder da Oposição Assassinado”, 11 de outubro de 2016, <https://www.hrw.org/news/2016/10/11/mozambique-prominent-opposition-leader-killed>

⁸⁴ News24, “Mozambique mayor shot dead on Day of Peace,” 5 de outubro de 2017, <https://www.news24.com/Africa/News/mozambique-mayor-shot-dead-on-day-of-peace-report-20171005> (consultado em 5 de dezembro de 2017).

Apêndice

Apêndice I: Carta da HRW ao governo moçambicano

350 Fifth Avenue, 34th Floor
New York, NY 10118-3299
Tel: +1-212-290-4700
Fax: +1-212-736-1300; 917-591-3452

Divisão Africana

Mausi Segun, *Diretora Executiva*
Maria Burnett, *Diretora Associada, África Oriental*, Corinne Dufka, *Diretora Associada, África Ocidental*, Abdullahi Abdi, *Assistente de Investigação*
Laetitia Bader, *Investigadora Sênior*, Jehanne Henry, *Investigadora Sênior*, Felix Home, *Investigador Sênior*
Dewa Mavinga, *Diretora, África Austral*
Lewis Mudge, *Investigador Sênior*, Timo Mueller, *Investigador*
Otsieno Namwaya, *Investigador*
Ida Sawyer, *Diretora, África Central*
Lauren Seibert, *Associada*
Jean-Sébastien Sèpúlchre, *Associado*
Savannah Tryens-Fernandes, *Associada*, Jim Warrington, *Investigador*

COMITÉ CONSULTIVO

Samuel Murumba, *Co-Presidente*
Embaixadora Robin Sanders, *Co-Presidente*
Fareta Banda
Innocent Chukwuma
Jonathan Fanton
Wendy Keys Wynette
Labrosse Muna Ndulo
Randy Newcomb Louis
Marie Nindorera Peter
Rosenblum
John Ryle
Kim Samuel Johnson
Nick Shaxson Darian
Swig
Joanna Weschler
Marsha Williams
Michela Wrong

Human Rights Watch

Kenneth Roth, *Diretor Executivo*

Diretores Executivos Adjuntos

Michele Alexander, *Desenvolvimento e Iniciativas Globais*
Nicholas Dawes, *Comunicação Social*, Iain Levine, *Programas*, Chuck Lushig, *Operações*
Bruno Stagno Ugarte, *Advocacia*

Emma Daly, *Diretora de Comunicações*, Dinah Pokempner, *Conselheira Geral*, James Ross, *Diretor Jurídico e Político*

Conselho Administrativo

Hassan Elmasry, *Co-Presidente*
Robert Kissane, *Co-Presidente*

17 de agosto de 2017

Presidente da República de Moçambique,
Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi

ASSUNTO: Conclusões preliminares sobre alegados abusos dos direitos humanos em Moçambique

Sua Excelência,

Vimos pela presente forma partilhar as conclusões preliminares, bem como solicitar a sua resposta, sobre a investigação que a Human Rights Watch realizou sobre os alegados abusos dos direitos humanos que envolveram forças de defesa e segurança de Moçambique e milícias ligadas à Renamo nas províncias centrais de Manica, Sofala e Zambézia entre novembro de 2015 e dezembro de 2016.

A Human Rights Watch é uma organização não-governamental independente que monitoriza e denuncia violações de direitos humanos em mais de 90 países em todo o mundo (www.hrw.org). Planeamos publicar a nossa investigação num relatório nos próximos meses.

Os alegados abusos levados a cabo pelas forças de segurança governamentais incluíram detenções arbitrárias, destruição de bens, desaparecimentos forçados e processos judiciais politicamente motivados. Os alegados abusos levados a cabo pela Renamo incluíram assassinatos ilegais e o saque de instalações de saúde pública.

Para melhor garantir a exatidão dos nossos relatórios, ficar-lhe-íamos muito agradecidos se nos enviasse os seus comentários e correções sobre as nossas conclusões, bem como a sua perspetiva geral destas questões, que refletiríamos no relatório que iremos publicar. Gostaríamos de ter conhecimento dos passos que o governo deu para investigar os incidentes em causa, bem como para chamar os responsáveis a prestar contas. Em particular, pedimos-lhe, na qualidade de comandante supremo das Forças de Defesa e Segurança, que responda às seguintes questões.



HRW.org

AMSTERDÃO · BEIRUT · BERLIM · BRUXELAS · CHICAGO · GENEVRA · GOMA · JOANESBURGO · KIEV · KINSHASA · LONDRES · LOS ANGELES · MOSCOVO · NAIROBI ·
NOVA IORQUE · PARIS · SÃO FRANCISCO · SÃO PAULO · SILICON VALLEY · ESTOCOLMO · SYDNEY · TÓQUIO · TORONTO · WASHINGTON · ZURIQUE

- 1) A Human Rights Watch documentou sete casos de desaparecimentos forçados. Parentes e amigos das vítimas apresentaram relatos consistentes de como a pessoa desapareceu e permanece desaparecida após ter sido detida e interrogada pelas forças de segurança no distrito de Gorongosa.

José João Munera e Manuel João Munera, moradores da cidade da Beira, desapareceram em 16 de abril de 2016, após se terem apresentado na esquadra da polícia da cidade da Gorongosa. Os homens apresentaram-se no local após terem sido convocados a propósito da detenção de dois homens que trabalhavam para Manuel. Receia-se que os dois trabalhadores, José e Tioto, também tenham sido vítimas de desaparecimentos forçados.

Timóteo Bernardo, motorista de mototáxi desapareceu em 16 de fevereiro de 2016 em Gorongosa. Um amigo de Bernardo, que disse ter testemunhado a detenção, contou à Human Rights Watch que soldados do exército pararam Bernardo num posto de controlo em Mapombwe, perto da aldeia de Gorongosa. Os soldados pediram o bilhete de identidade a Bernardo e, sem explicação, levaram-no num veículo blindado. Não foi visto nem ouvido desde então.

Manuel Fungulane desapareceu na noite de 13 de agosto de 2016, após de ter sido detido por homens que se acredita serem oficiais do exército, na aldeia da Gorongosa. A mulher que viajava de mota com Fungulane disse à família e amigos destes, bem como à polícia, que o veículo blindado seguiu a mota até os ter forçado a parar.

Celestino Dez, um vendedor de gasolina, desapareceu em 5 de maio de 2016, perto de Canda, na região da Gorongosa, e as autoridades recusaram-se a fornecer informações à sua família. O seu irmão disse a Human Rights Watch que, de acordo com testemunhas, Dez foi detido na aldeia de Canda, espancado e levado num Ford Ranger semelhante aos utilizados pelas forças de segurança do Estado.

Que informações tem o governo de Moçambique sobre as pessoas mencionadas acima? Pode fornecer informações sobre outros casos de pessoas que podem ter sido vítimas de desaparecimentos forçados quando se encontravam sob custódia das forças de segurança?

- 2) A Human Rights Watch falou com pessoas que alegadamente foram detidas e torturadas por membros das forças de segurança do Estado. Estas disseram à Human Rights Watch que as forças de segurança as acusaram de alimentar os homens armados da Renamo nas montanhas da Gorongosa, situação que negaram.

Um pastor de uma igreja em Tazarontona, na Gorongosa, contou à Human Rights Watch

que soldados ao volante de um veículo blindado chegaram à sua igreja na tarde de 12 de maio de 2016, bateram-lhe com uma arma na cabeça, forçaram-no a entrar no carro e levaram-no para uma base militar. O pastor foi interrogado, e espancado antes do interrogatório, durante três horas, até um comandante militar o ter reconhecido e ordenado a sua libertação.

Um homem da aldeia de Nyaranga contou à Human Rights Watch que foi detido por soldados e obrigado a passar por uma simulação de execução na noite de 22 de junho de 2016. Disse que os soldados chegaram a sua casa com uma lista de pessoas que enfrentavam penas de prisão pela sua suposta ligação à Renamo. Alega que, depois de terem verificado a sua identidade, os soldados o colocaram na mala de um veículo, juntamente com outros homens deitados com as mãos amarradas. Foram levados para uma floresta perto de Canda, onde os soldados lhe ordenaram que se ajoelhasse, colocasse as mãos atrás da cabeça e fechasse os olhos, tendo depois disparado tiros ao ar. Depois, os soldados mandaram-no "correr pela vida". Um ano após o incidente, disse que ainda vive escondido com medo de ser assediado ou detido.

Que informações nos pode fornecer sobre estas alegações, bem como sobre quaisquer medidas tomadas pelo governo para evitar estes abusos e situações semelhantes?

- 3) Em abril e junho de 2017, durante uma investigação, a Human Rights Watch viu pelo menos 32 casas destruídas ou queimadas nas aldeias da província de Sofala, Inhaminga, Nhamapadza, Casa Banana, Vunduzi, Nhamandzi e Gorongosa, que os moradores disseram terem sido alvo das forças de segurança.

Que informação nos pode fornecer sobre estes casos?

- 4) Os meios de comunicação, como a [Voa Português](#), e a [Deutsche Welle](#) denunciaram, em muitas ocasiões, os alegados abusos praticados pelas forças de segurança em áreas de conflito com as forças da Renamo.

Que informações pode fornecer sobre investigações do governo a quaisquer alegações de abusos levados a cabo pelas forças de segurança? Agradecemos que indique os nomes, datas e circunstâncias dos membros das forças de segurança que foram detidos ou julgados por alegados abusos.

- 5) Em 27 de abril de 2016, moradores do distrito de Gorongosa relataram a vários meios de comunicação social que descobriram uma fossa massiva com cerca de 120 cadáveres entre Canda e Macossa. Embora a existência desta alegada sepultura em massa não tenha sido confirmada de forma independente, jornalistas da Deutsche Welle, LUSA, Aljazeera e AFP

visitaram a área e fotografaram e filmaram pelo menos 15 cadáveres espalhados pelo mato, por baixo de uma ponte, perto do local da alegada sepultura comum. Após esta descoberta, as autoridades anunciaram que iriam investigar o caso.

- 6) Que informação nos pode fornecer sobre estes casos
- 7) fevereiro de 2015, foram realizadas operações para desarmar as forças da Renamo e desativar as suas bases.

Quantos alegados membros, partidários e homens armados da Renamo foram presos desde fevereiro de 2015? Quais são os seus nomes, datas e circunstâncias das suas detenções?

- 8) Entre novembro de 2015 e dezembro de 2016, houve vários confrontos armados entre as forças do governo e as milícias da Renamo.

Agradecemos que forneça informação sobre os locais, datas e o número de mortes registadas durante estes confrontos.

Também gostaríamos de discutir estas conclusões pessoalmente com vossa excelência o mais brevemente possível.

Os melhores cumprimentos,



Dewa Mavhinga,
Diretora, África Austral,
Divisão de África
Human Rights Watch

Apêndice II: Resposta do governo moçambicano à HRW



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

**Exmo. Senhor
Dewa Mavhinga
Southern Africa Director
Africa Division
Human Rights Watch**

N/Ref. N.º. 1249/PR/GAB/2017
Maputo, 9 de Outubro de 2017

**Assunto: Constatações preliminares sobre os alegados abusos de
Direitos Humanos em Moçambique**

Exmo. Senhor,

Queira, antes de mais, receber os nossos mais respeitosos cumprimentos.

No dia 17 de Agosto do corrente recebemos, via email, um documento de V.Excia, solicitando um posicionamento oficial em relação à várias questões que serviriam de base à elaboração do relatório de Direitos Humanos relativo ao nosso país, cobrindo o período de Novembro de 2015 à Dezembro de 2016.

Com vista a prestar uma informação mais objectiva, vimo-nos na contingência de solicitar a colaboração de outras instituições governamentais, designadamente os Ministérios do Interior e da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos.

Com base nos dados que nos foram facultadas, cumpre-nos informar o seguinte:

1. Nas unidades e subunidades da Polícia da República de Moçambique, não existe nenhum registo de detenção dos indivíduos referidos no documento da Human Rights Watch;
2. De igual modo, não há registo da prática de tortura ou outro tipo de abusos pelos agentes policiais contra detidos ou outras pessoas suspeitas, em conexão com as hostilidades militares;

Av. Julius Nyerere n.º 2000 * Tel: +258 21242200 * Fax: +258 21499487 * E-mail: presidencia.gab@gov.mz * Maputo

3. As Forças de Defesa e Segurança não destruíram e/ou incendiaram 32 casas da população, facto constatado pela Comissão de Inquérito do Governo criada para averiguar as alegações de execuções sumárias, abusos sexuais, maus tratos e destruição de residências;
4. Relativamente à vala comum, tanto a Comissão dos Direitos Humanos e Legalidade da Assembleia da República como a equipa multidisciplinar, composta pelo Ministério Público, Ministério da Saúde e membros dos governos provinciais de Manica e Sofala que se deslocaram ao local, constataram a sua inexistência. Porém, confirmaram a existência de onze corpos (e não quinze), em avançado estado de decomposição;
5. Desde Fevereiro de 2015, vários homens da Renamo entregaram as suas armas tendo apenas um, Abílio Fontes Mucuepa, sido integrado, por sua iniciativa, na PRM, estando afecto ao Departamento da Polícia de Protecção dos Recursos Naturais. Os restantes optaram por regressar às suas zonas de origem; e
6. Durante o período do conflito militar (Novembro de 2015 à Dezembro de 2016), a Renamo atacou vários alvos civis e militares, tendo resultado 43 óbitos e 136 feridos, para além da destruição de viaturas e várias infraestruturas civis e militares.

Exmo. Senhor,

Como V. Excia pode constatar, os dados colhidos não nos permitem concluir que os alegados abusos de Direitos Humanos tenham ocorrido.

Contudo, e porque constitui interesse do Governo de Moçambique promover, proteger e defender os Direitos Humanos, as informações prestadas por V. Excia servirão de base para identificação das nossas fragilidades e, certamente, contribuirão para municiar o Governo na elaboração de políticas e estratégias visando uma maior promoção e respeito dos Direitos Humanos no nosso país.

Com os nossos melhores cumprimentos,

A Directora do Gabinete do PR


Renizia Cakhongue Canhembra



Apêndice III: Carta da HRW à Procuradora-Geral moçambicana

350 Fifth Avenue, 34th Floor
Nova Iorque, NY 10118-3299
Tel.: +1-212-290-4700
Fax: +1-212-736-1300; 917-591-3452

DIVISÃO DE ÁFRICA

Liesl Gemholtz, *Diretora Interina*
Daniel Bekete, *Diretor Executivo*
Leslie Lefkow, *Diretora Adjunta*
Corinne Dufka, *Diretora Associada, África Ocidental*
Abdullahi Abdi, *Assistente de Investigação*
Laetitia Bader, *Investigadora*
Maria Burnett, *Investigadora Sênior*
Lane Hartill, *Investigador*
Jehanne Henry, *Investigadora Sênior*
Felix Horne, *Investigador Sênior*
Zenaida Machado, *Investigadora*
Dewa Mavinga, *Investigador Sênior*
Lewis Mudge, *Investigador*
Otieno Namwaya, *Investigador*
Ida Sawyer, *Investigadora Sênior*
Mausi Segun, *Investigadora Sênior*
Lauren Seibert, *Associada*
Jean Sébastien Sépulchre, *Associado*
Carina Tertskian, *Investigadora Sênior*
Thijs Van Laer, *Assistente de Investigação*
Jim Worthington, *Investigador*

COMITÉ CONSULTIVO

Samuel Murumba, *Copresidente*
Embaixadora Robin Sanders, *Copresidente*
Fareda Banda
Innocent Chukwuma
Jonathan Fanton
Wendy Keys
Wynette Labrosse
Muna Ndulo
Randy Newcomb
Louis Marie Nindorera
Peter Rosenblum
John Ryle
Kim Samuel Johnson
Nick Shaxson
Darian Swig
Joanna Weschler
Marsha Williams
Michela Wrong

HUMAN RIGHTS WATCH

Kenneth Roth, *Diretor Executivo*
Michele Alexander, *Diretora Executiva Adjunta, Desenvolvimento e Iniciativas Globais*
Iain Levine, *Subdiretor Executivo, Programas*
Chuck Lustig, *Subdiretor Executivo, Operações*
Bruno Stagno Ugarte, *Subdiretor Executivo, Advocacia*

Dinah Pokempner, *Conselheira-Geral*
James Ross, *Diretor Jurídico e de Políticas*
Hassan Elmasy, *Copresidente*
Joel Motley, *Copresidente*

Exma. Dra. Beatriz Buchili
Procuradora-Geral
Governo de Moçambique

12 de setembro de 2016

Assunto: Ataques com alegada motivação política iniciados em 2015

Exma. Procuradora-Geral da República, Dra. Beatriz Buchili,

A Human Rights Watch é uma organização não-governamental da área dos direitos humanos que monitoriza e denuncia violações de direitos humanos em mais de 90 países em todo o mundo. Encontramo-nos atualmente, a analisar seis casos de ataques com aparente motivação política que tiveram lugar em Moçambique de 2015 até ao momento. Preocupa-nos que as vítimas de cada um destes casos, tenham sido visadas com base em críticas que teceram ao governo.

Para melhor entender estes casos, incluindo a resposta do governo, ficar-lhe-íamos gratos se nos pudesse providenciar alguma informação. Em todos os países onde trabalha, a Human Rights Watch faz questão de recolher informação de todas as fontes relevantes. Gostaríamos de ter conhecimento dos passos que o governo deu para investigar os incidentes em causa, bem como para chamar os responsáveis a prestar contas. Temos particular interesse em obter resposta para as três perguntas que se seguem:

1. O caso está a ser investigado pela polícia ou por outras autoridades neste momento? Em caso afirmativo, quem está a conduzir a investigação e em que fase se encontra a mesma?
2. Já foi feita alguma detenção relacionada com o caso? Em caso afirmativo, quem foi detido e em que fase se encontra o processo judicial?
3. Já alguém foi julgado em tribunal pelo caso? Em caso afirmativo, quem? Quando? Onde? E qual foi o resultado?

Eis os casos que estamos a seguir:



HRW.org

AMSTERDÃO · BEIRUTE · BERLIM-BRUXELAS-CHICAGO · GENEBRA-JOANESBURGO · LONDRES-LOS ANGELES-MOSCOVO · NAIROBI · NOVA IORQUE-PARIS · SÃO FRANCISCO-SÃO PAULO · SYDNEY · TÓQUIO · TORONTO-WASHINGTON · ZURIQUE

- a) Em 3 de Março de 2015, o advogado constitucionalista franco-moçambicano, Gilles Cistac, foi morto a tiro no exterior de um café no centro de Maputo. Testemunhas dizem que Cistac estava a entrar no carro, estacionado à porta do edifício, quando indivíduos não identificados abriram fogo de outro carro, matando a si e ao seu motorista. Familiares e amigos dizem que Cistac recebia ameaças desde que defendera publicamente, a constitucionalidade contestada da petição da RENAMO para criar autoridades provinciais autónomas.
- b) Em 8 de Agosto de 2015, o ex-agente do Serviço de Informações e Segurança do Estado, Inlamo Ali Mussa, foi morto a tiro, num dos bairros da periferia de Maputo. A sua família diz que ele planeava dar entrevistas em que denunciaria alegadas más práticas dos serviços secretos de Moçambique. O corpo foi encontrado um dia após ter desaparecido de sua casa, com as mãos atadas e dois ferimentos de bala na cabeça.
- c) Em 16 de Janeiro de 2016, o secretário-geral da RENAMO, Manuel Bissopo, foi atingido a tiro e gravemente ferido quando viajava de carro no centro da cidade da Beira, na província de Sofala. O seu guarda-costas morreu. O incidente teve lugar poucas horas após uma conferência de imprensa na qual Bissopo acusou as forças de segurança do Estado, de raptar e matar membros do seu partido.
- d) Em 9 de Abril de 2016, José Manuel, membro da RENAMO do Conselho Nacional de Defesa e Segurança, foi morto a tiro, nas mediações do Aeroporto Internacional da Beira, após ter chegado de Maputo. Alega-se que a polícia demorou cerca de dez horas a chegar ao local e a dar início à investigação.
- e) Em 11 de Abril de 2016, o procurador de Maputo, Marcelino Vilanculos, foi morto a tiro, em frente de sua casa nos arredores de Maputo. Ele regressava do escritório onde, dizem os seus colegas, estava a lidar com casos de grande visibilidade que envolviam funcionários do Estado.
- f) Em 23 de Maio de 2016, o comentador político e académico Jaime Macuane foi ferido com vários tiros nas pernas. Foi alegadamente raptado no centro de Maputo e levado para a periferia da cidade, onde os autores do rapto o informaram de que tinham recebido ordens para lhe «dar uma lição». Macuane é comentador num popular *talk show* televisivo de domingo à noite, conhecido por sujeitar as políticas do governo a um acérrimo escrutínio.

Agradecemos desde já a atenção que dispensará a esta questão e as suas respostas às nossas perguntas. Visto que planeamos divulgar a conclusões da nossa

investigação, ficar-lhe-íamos gratos se nos enviasse a sua resposta até 30 de setembro de 2016.

Os melhores cumprimentos,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Daniel Bekele". The signature is fluid and cursive, with the first name "Daniel" and the last name "Bekele" clearly distinguishable.

Daniel Bekele
Director Executivo para Africa

CC
Ministro da justiça, Exmo. Sr. Isaque Chande
Ministro do Interior, Exmo. Sr. Jaime Basílio Monteiro

Apêndice IV: Carta da HRW à Renamo

350 Fifth Avenue, 34th Floor
New York, NY 10118-3299
Tel: +1-212-290-4700
Fax: +1-212-736-1300; 917-591-3452

Divisão de África
Mausi Segun, **Diretora Executiva**
Maria Burnett, **Diretora Associada, África Oriental**
Corinne Dufka, **Diretora Associada, África Ocidental**
Abdullahi Abdi, **Assistente de Investigação**
Laetitia Bader, **Investigadora Sénior**
Jehanne Henry, **Investigadora Sénior**
Felix Horne, **Investigador Sénior**
Dewa Mavhinga, **Diretora, África Austral**
Lewis Mudge, **Investigador Sénior**
Timo Mueller, **Investigador**
Otsieno Namwaya, **Investigador**
Ida Sawyer, **Diretora, África Central**
Lauren Seibert, **Associada**
Jean-Sébastien Sépulchre, **Associado**
Savannah Tryens-Fernandes, **Associada**
Jim Warmington, **Investigador**

Comité Consultivo
Samuel Murumba, **Co-Presidente**
Embaixadora Robin Sanders, **Co-Presidente**
Fareeda Banda
Innocent Chukwuma
Jonathan Fanton
Wendy Keys
Wynette Labrosse
Muna Ndulo
Randy Newcomb
Louis Marie Nindorera
Peter Rosenblum
John Ryle
Kim Samuel Johnson
Nick Shaxson
Darian Swig
Joanna Weschler
Marsha Williams
Michela Wrong

Human Rights Watch
Kenneth Roth, **Diretor Executivo**
Diretores Executivos Adjuntos
Michele Alexander, **Desenvolvimento e Iniciativas Globais**
Nicholas Dawes, **Comunicação Social**
Iaïa Levine, **Programas**
Chuck Lustig, **Operações**
Bruno Stagno Ugarte, **Advocacia**
Emma Daly, **Diretora de Comunicações**
Dinah Pokempner, **Conselheira-Chefe**
James Ross, **Director Jurídico e de Políticas**
Conselho Administrativo
Hassan Elmasry, **Co-Presidente**
Robert Kissane, **Co-Presidente**

17 de agosto de 2017

Exmo. Presidente da Renamo,
Afonso Marceta Dhlakama

Via e-mail: À atenção de: Maria Ivone Soares, Líder de Bancada,
smariaivone@gmail.com

ASSUNTO: Conclusões preliminares sobre alegados abusos dos direitos humanos em Moçambique

Excelentíssimo Senhor Afonso Marceta Dhlakama,

Vimos pela presente forma partilhar as conclusões preliminares, bem como solicitar a sua resposta, sobre a investigação que a Human Rights Watch realizou aos alegados abusos dos direitos humanos que envolveram forças de defesa e segurança de Moçambique e milícias ligadas à Renamo nas províncias centrais de Manica, Sofala e Zambézia entre novembro de 2015 e dezembro de 2016.

A Human Rights Watch é uma organização não-governamental independente que monitoriza e denuncia violações de direitos humanos em mais de 90 países em todo o mundo (www.hrw.org). Planeamos publicar a nossa investigação num relatório nos próximos meses.

Os alegados abusos levados a cabo pelas forças de segurança governamentais incluíram detenções arbitrárias, destruição de bens, desaparecimentos forçados e processos judiciais politicamente motivados. Os alegados abusos levados a cabo pela Renamo incluíram assassinatos ilegais e o saque de instalações de saúde pública.

Para melhor garantir a exatidão dos nossos relatórios, ficar-lhe-íamos muito agradecidos se nos enviasse os seus comentários e correções sobre as nossas conclusões, bem como a sua perspetiva geral destas questões, que refletiríamos no relatório que iremos publicar. Também receberíamos de bom grado qualquer informação sobre as medidas que sua excelência tomou para punir adequadamente os membros da Renamo responsáveis por abusos e para evitar que tais abusos voltem a ocorrer no futuro.



HRW.org

Em particular, pedimos-lhe encarecidamente que responda às seguintes questões:

- 1) De acordo com uma lista fornecida à Human Rights Watch pelo partido no poder, a Frelimo, membros ou partidários da Renamo mataram pelo menos 14 membros da Frelimo nas províncias de Manica, Sofala, Inhambane e Tete, entre fevereiro e outubro de 2016. **Manecas da Silva**, juiz comunitário em Nhamatanda, província de Sofala, foi assassinado em 15 de fevereiro de 2016. **José Bernardo**, primeiro secretário da Frelimo em Mossurize, província de Manica, foi assassinado em 22 de junho de 2016. **Anita Luciano**, esposa do secretário da Frelimo em Funhalouro, província de Inhambane, morreu em 18 de julho de 2016. **Mazimbo Alberto** e **Gorira Moyana** foram ambos assassinados em 28 de setembro de 2006, na província de Manica. E **Samuel Cumbuia** foi assassinado em 10 de outubro, na província de Manica.

A Human Rights Watch confirmou os assassinatos de pelo menos dois regulos (líderes comunitários). Testemunhas informaram-nos de que o regulo de Nhampoca, **Joaquim Chirngano**, foi assassinado em 2 de setembro de 2016, depois de ter sido sequestrado pela milícia da Renamo, durante uma manifestação em Nhamatanda. A Human Rights Watch também visitou a casa do regulo de Muxungue, **Makotere José Mafusse**, que foi assassinado em 21 de julho de 2016, alegadamente por um homem ligado à Renamo. A sua família disse que Mafusse começou a receber ameaças após ter sido acusado de ajudar as forças do governo a identificar ativistas da Renamo na região.

Que informação sua excelência nos pode fornecer sobre estes casos?

- 2) A Human Rights Watch também documentou quatro instâncias em que a alegada milícia da Renamo invadiu pelo menos dois hospitais e duas clínicas de saúde entre 30 de julho e 12 de agosto de 2016. Nos quatro ataques, homens armados saquearam as instalações e destruíram equipamentos essenciais, privando assim as comunidades locais de acesso a provisões e tratamentos médicos vitais.

Em 30 de julho de 2016, por volta das três da manhã, um grupo de homens armados que se identificaram como Renamo invadiram a casa de um oficial local da Frelimo, que ocupava o cargo de enfermeiro-chefe no centro de saúde local **Centro 8 de Março** na cidade de Mopeia, na província de Zambézia. Como não conseguiram encontrar o enfermeiro, foram à clínica, onde queimaram arquivos médicos e roubaram várias provisões médicas, incluindo vacinas, seringas e medicamentos.

No mesmo dia, o mesmo grupo de homens armados alegadamente também foi ao **principal hospital de Mopeia**. Entraram nas instalações com espingardas de assalto Kalashnikov, ameaçaram pacientes e pessoal médico, ordenaram-lhes que saíssem e levaram medicamentos, sacos de soro, lençóis e mosquiteiros consigo.

Em 31 de julho, cerca de uma dúzia de homens armados que se identificaram como Renamo atacaram o **centro de saúde na vila de Maica**, distrito de Maúa. Os homens levaram cinco kits de testes de VIH, quatro caixas de seringas e mais de 600 frascos de penicilina.

Em 12 de agosto de 2016, às quatro horas da manhã, uma dúzia de homens armados que se identificaram como Renamo saquearam o **hospital distrital da cidade de Morrumbala**, na província da Zambézia. Dispararam tiros pelas janelas e saquearam a principal farmácia do hospital.

A Human Rights Watch também recebeu relatórios de ataques adicionais, mas que ainda não conseguiu confirmar.

Em 30 de setembro de 2016, a Human Rights Watch escreveu uma carta a vossa excelência, solicitando que declarasse publicamente que as forças da Renamo têm de respeitar as instalações de saúde e que o senhor e os seus comandantes tomarão medidas rápidas para garantir que tais ataques não ocorrerão novamente. Em 4 de outubro de 2016, o seu porta-voz, António Namburete, reconheceu a receção da carta. No entanto, ainda não recebemos uma resposta de vossa excelência.

Que informação nos pode fornecer sobre estes casos?

Também gostaríamos de discutir estas conclusões pessoalmente com vossa excelência o mais brevemente possível.

Os melhores cumprimentos,



Dewa Mavhinga
Diretora, África Austral
Divisão de África
Human Rights Watch

Apêndice V: Resposta da Renamo à HRW



Gabinete do Presidente

Exmo Senhor

Dewa Mavhinga

Director da Divisão da África Austral – Human Right Watch

Queira aceitar o nosso caloroso voto de saudação.

Aproveitamos a oportunidade para reconhecer o valioso contributo da vossa organização na promoção dos Direitos humanos no mundo.

Agradecemos o facto de reiterarem o vosso manifesto interesse em darem-nos a oportunidade de por um lado partilhar convosco informação sobre abuso de Direitos Humanos praticados em Moçambique, por outro lado pelo facto de nos pôr a par da propaganda do Partido Frelimo e seu Governo contra a nossa organização política.

Permitam-nos todavia, antes de entrar no cerne da questão em apreço, façamos um rodapé para exaltar que somos uma organização política que existe a mais de 40 anos com propósito único de instaurar uma verdadeira democracia multipartidária e um Estado de Direito em Moçambique.

Acreditamos que o termómetro de um Estado Democrático não se mede apenas com a realização de eleições regulares fraudulentas e com a existência de partidos políticos mas sim com a efectiva realização de eleições livres e transparentes onde a valorização da vida humana, o bem-estar e o progresso de toda uma Nação sejam uma realidade.

Não duvidamos que seja do vosso conhecimento, pois, o mundo testemunhou que com o advento da nossa independência nacional em 1975, o partido Frelimo autoproclamou-se único e legítimo representante de Moçambique e dos moçambicanos introduzindo de seguida um sistema de governação monopartidário altamente repressivo e de violação flagrante dos Direitos Humanos onde a liberdade de pensamento, de expressão e de religião, de circulação passou a não ser respeitado. Onde foram criados campos de reeducação, autênticos campos de concentração que a sua recordação são de arrepiar a memória onde muitos jovens e mães solteiras foram levados para a tortura e morte. A intolerância política tomou conta do nosso país. Os adversários políticos eram presos,

1



silenciados, mortos, através de esquadrões de morte geridos pelo então SNASP. As execuções sumárias passaram a ser uma realidade.

Graças ao sacrifício de milhares de moçambicanos organizados em torno da RENAMO e sabiamente dirigida pelo General Afonso Dhlakama Presidente do Partido, que conseguiu-se acabar com parte destas atrocidades infelizmente através de uma guerra civil que durou 16 anos movida contra o regime da Frelimo.

Respondendo concretamente as questões por vós evocadas na carta que nos endereçaram, sobretudo no seu número 1, apraz-nos dizer que a informação nela contida não nos surpreende pelo facto de ela já ter sido veiculada nos órgãos de comunicação social. E, a este propósito, gostaríamos de esclarecer que o nosso partido não tem tradição de sequestrar ou matar quem quer que seja. Aliás, durante a guerra dos 16 anos, este foi sempre o modo operandis da Frelimo. Ou seja, a Frelimo sempre protagonizou, massacres contra a população para, posteriormente, imputar a culpa aos guerrilheiros da Renamo, que tinham a população como seu aliado natural.

Passados mais de 23 anos, depois de assinatura do Acordo Geral de Roma, infelizmente, voltamos a sofrer o mesmo tipo de acusações e de manobras subversivas.

Para melhor aclarar o que acabamos de referir convém realçar que estes ataques tiveram o seu início em Março de 2015, quando na zona nobre da cidade de Maputo, Avenida Eduardo Mondlane a menos de 200 metros da Embaixada de Portugal e da África do Sul, balearam o Constitucionalista e Professor Universitário Gil Sistac, por ser crítico acérrimo do regime.

Os assassinatos em Moçambique ganharam o seu ponto mais alto em Setembro de 2015, com ataques perpetrados pelas Forças de Defesa e Segurança, braço armado do Governo e do partido Frelimo, que a mando dos seus mais altos dirigentes, emboscaram a comitiva do Presidente Afonso Dhlakama: -

1º no dia 12 de Setembro, na zona de Chibata, distrito de Chimoio, província de Manica, que saía da sede do distrito de Macossa, tendo ferido guardas da segurança do partido e destruído viaturas.

2º no dia 25 de Setembro, quando a comitiva presidencial da Renamo saía da cidade de Chimoio, província de Manica, em direcção à Cidade de Nampula, Província de Nampula, na zona de Zimpinga, distrito de Gondola, Província de Manica, na estrada nacional nº6. Neste segundo ataque covarde assassinaram vários quadros do partido Renamo, e um cidadão que passava pela zona, no momento que ocorria o ataque, fazendo o transporte de passageiros no troço Inchope/Chimoio, para além de destruição de 9 (nove) viaturas novas,

2



propriedade do partido Renamo, que faziam parte da escolta, que foram estupidamente incendiadas.

Ilustríssimo Dewa Mavinga,

Como pode depreender não se tratam de acusações ou alegações conforme a vossa carta evoca trata-se sim de factos concretos. Pois, em pleno exercício do gozo de seus direitos políticos o Presidente do Partido Renamo Sua Excelência Afonso Macacho Marceta Dhlakama sofreu dois ataques cobardes e condenáveis que se configuram em terrorismo de Estado.

Nos ataques que nos referimos, doze pessoas foram mortas entre guardas da segurança do partido e quadros civis. A seguir transcrevemos a lista das pessoas assassinadas:

01	Daniel T. Marombe
02	Mateus Joao Chimututo
03	Fernando Afonso Chacapa
04	Evalisto Jose
05	Joao Inoque
06	Joao Felizardo Libeiro
07	Tendai Titosse
08	Mosse M. Gondachaco
09	Rosario Joao Nhaguia
10	Aminosse Saligue
11	Bernardo Antonio
12	Luciano Marques Mbadzo

Após esse macabro acontecimento, e depois de longas negociações, com vista ao regresso ao convívio político e social do Presidente e outros quadros que sobreviveram do ataque, um grupo das Forças de Defesa e Segurança, a mando do mesmo partido e Governo, cercou e assaltou no dia 9 de Outubro de 2015 a sua residência, na cidade da Beira, onde confirmaram que tinham sido eles que emboscaram e atacaram a sua comitiva, em Zimpinga, no distrito de Gondola, Província de Manica, no dia 25 de Setembro de 2015.

Não havendo condições de segurança, para o Presidente Dhlakama e para os guardas da sua segurança, sentiram-se obrigados a abandonar a cidade para a zona da Gorongosa.

É assim que, o Governo da Frelimo, na impossibilidade de eliminar, fisicamente, o Presidente Dhlakama, decide enveredar por uma nova prática e tática que consistiu na reedição dos esquadrões de morte a semelhança dos existentes na época do Monopartidarismo.

É desse modo que os esquadrões de morte, treinados e equipados pelo governo da Frelimo, estenderam os assassinatos aos membros e simpatizantes do Partido Renamo, um pouco



por todo o País num acto repugnável e totalmente condenável ao olho da civilização moderna. Em seguida apresentamos parte das vítimas dos esquadrões da morte

PROVÍNCIA DE NAMPULA

Data	Local	Nome da Vítima
30.01.2016	Monapo	.Zandamela Bosme Bazar .Óscar Ramugy
1.02.2016	Morrupula	.Armando Daniel .Daniel Cassiel Mpange
12.02.2016	Rapale	.Januário Pedro
17.02.2016	Muecate	.Raul Lipaneque
18.02.2016	Rapale	.Zacarias Vicente
22.02.2016	Rotunda do hospital central /Cidade de Nampula	.Alberto Antonio Omar .Silvino Selemane .Daniel Laisse .Pedro Coloco
27.02.2016	Morrupula	.Alberto Augusto
29.02.2016	Nacala-Porto	.Alberto Aiuba
Março 2016	Monapo	Lourenço N. Eduardo
07.07.2016	Nampula	-Mário Manuel Razão -António Joaquim Pitora
18.10.2016	Nampula	-Flores Victor Armando -Zeca Inacio Lavieque
11.09.2016	Nampula	Daniel Satulo
26.11.2016	Nampula	António Victorino
29.12.2016	Nampula	José Naetel
28.10.2016	Nampula	Carlos Rapito

PROVÍNCIA DA ZAMBÉZIA

Data	Local	Nome da Vítima
31.03.2016	Quelimane/Bairro FAE	João José Bongo
Março de 2016	Nicoadala/Licuari	Isaías João
Março de 2016	Mopeia/Ndzero	Alberto Nssusa Sapanda
Março de 2016	Mopeia/Ndzero	Gonçalves Rafael
27.10.16	Zambézia	Luciano Augusto Uelico
02.11.2016	Zambézia	Agostinho Nicaca
02.11.2016	Zambézia	Abilio da Fonseca Baessa
14.11.2016	Zambezia	Benedito da Silva Mário Gorole

PROVÍNCIA DE TETE

Data	Local	Nome da Vítima

4



1,2,3/02/2016	Macanga	.Joao Andrassone Banda .Virgilio Daliqueni .Josefe Emilio
4,5,6,7,8,9,10, 11,12,13,14, e 28/02/2016	Macanga	.Cubondo Matchaia .Chitupe Faidoni .Chepetsani Cachitseco .Ziwone Nsanthe .Weluzani Soniala .Gradesi Chicalussa .Djamburani Calichelo
23.02.2016	Changara	.Zeferino Bulacho Simbe
25.02.2016	Chiuta	.Xavier
8.03.2016	Changara/Tete	.Joao Daniel Mafuta/ .Joao Mafala .Sinateria Vingaço Thomo
13.04.2016	Tsangano/Ntengo- Wambalane	.Joao Jackson
13.04.2016	Povoado de Ncanuni/Changara	.Zarco Saimone e .Paulo
04.06.2016	Dist.Cahora Bassa/P.A.Chitima	Malunguissa Tinhane Tembo
09.01.2017	Moatize	Marcelino Torres
	Moatize	Armindo A.Ncuiche
22.07.2016	Cidade de Tete	Antonio Fernando Samo
Julho 2016	Moatize	Miliwade Lamulane
Julho 2016	Moatize	Samuel Limitone
Julho 2016	Moatize	Carlitos Julio
Julho 2016	Moatize	Djefute Limitada
09.01.2017	Tete	Marcelino Torres
08.12.2016	Tete	Francisco Perecani

PROVÍNCIA DE MANICA

Data	Local	Nome da Vitima
02.09.2015	Distrito de Gondola	.Antonio Ngoma .Bernardo João
03.02.2016	Manica	Filipe Jonasse Machatine
22 e 23.02.2016	P.A.Cafumpe	. Abilio Simati . Marumbila Andre
22.02.2016	Distrito Chicuízo	Eduardo Jaime Nhangó
24.02.2016	P.A.Pungue/Z.Macabera	Manhenhe Cussaia
25.02.2016	Nhacófo/Tambara	Juvêncio Puluze
27.02.2016	Machipanda/Manica	Inácio Candieiro Gimo
29.02.2016	Catiqenzaia/Macossa	Alberto Chapo Chibante
04.03.2016	Cidade' Chimoio	.Tomas Elias Vinte e Um .Francisco D.L.Magalhaes .Elias Wacucumba

5



		.Filipe Mapossa
05.03.2016	Zona Nhamalema	Francisco Vulande Liva
22.03.2016	P.A.Nhassacara	Joaquim Jacinto
18.04.2016	Deleg.Politica Provincial	Janeiro
18.04.2016	Sede do P.Ad.Mun.nº3	Património do Partido
27.04.2016	Distrito de Gondola	Património do Partido
28.04.2016	D.Tambara/P.A.Nhacolo Sede/B.Muzunga	Agostinho Manuel
29.04.2016	D.Tambara/P.A.Nhacolo/ B .Josina Machel	.Jose Marizane . Jose Canamutombwe
30.04.2016	D.Barue/P.A.Honde/Zona Maussua	Eusebio Cusimua Ngolene
11.05.2016	Vila Munic. De Gondola	Loiaí Americo Goca Alberto
13.07.2016	Cidade de Chimoio	Manuel Francisco Lole
31.08.2016	Cidade de Chimoio	José Manuel Jose
09.09.2016	Cidade de Chimoio	João Manuel Timico
28.10.2016	Mavonde- Manica	Sabonete Jaime Chimbamba
15.10.2016	Dombe- Manica	Tomas Joao Mandiza
16.10.2016	Matarara-Dombe-Manica	Inácio Samuel Mahiana
Outubro/2016	Nhassacara-Barue-Manica	-Domingos Languisse -Lucas Alfredo -Bernardo Colo -Cândido Zalcos -João Paricaufe -Tibete Nhacha -Paulino Canjacha -Chaubuca Profita -Armando Bonzo -Simbae Chipupule -Rita João
06.08.2016	Cruzamento de Macossa- Manica	Domingos Celestino
02.08.2016	Cruzamento de Macossa- Manica	Paulo Jengueia
13.08.2016	Cruzamento de Macossa- Manica	Felix Ticha
25.08.2016	Nhampassa-Manica	Vasco Urendo Uripo
27.08.2016	Nhapassa-Manica	Charles Antonio
24.09.2016	Nhapassa-Manica	Manuel Tsangoja
27.09.2016	Nhapassa-Manica	José Chagua
17.10.2016	Nhampassa-Manica	José Changua
08.10.2016	Nhacagole-Manica	Mateus Zeca
08.10.2016	Nhacagole-Manica	Tomas Janeiro
10.09.2016	Nhacagole-Manica	Fungai Naissone
09.09.2016	Nhacafula-Sede-Manica	Feliciano Canagocio
09.09.2016	Nhacafula-sede-Manica	Sona Milongua
09.09.2016	Nhacafula-Sede-Manica	José Maria
09.09.2016	Nhacafula-sede-Manica	Francisco Vulande

6



09.09.2016	Nhamalema- Manica	Jorge Manuel Candaidzo
09.09.2016	Sabenta-Muzunga-Manica	Agostinho Manuel
09.09.2016	Sabenta Muzonga-Manica	Kango Hufiti
09.09.2016	Sebenta-Tsatzabue-Manica	Fernando Machipissa
04.12.2016	Sebenta Tsatzabue-Manica	Swiphamoio
09.12.2016	Sebenta-Tsatzabue-Manica	Jerasi
13.08.2016	Macate-Manica	Jone Simão
06.07.2016	Mutondo-Galagua-Manica	Simbe Mucume Simuaio
12.07.2016	Mucalate-Chiurairue-Manica	Janisson Fodine Muchanga
12.07.2016	Mucalate-Chiurarue-Manica	FilipeFilimone Sigauque
17.07.2016	Dacata-Manica	-Mumbe Muiambo -Lemucai Muranda -Metiasse Saimone Sithole
	Distrito de Mossurize	Samuel Bonezi Nhamuda
	Distrito de Mossurize	Pita Chifunde
	Distrito de Mossurize	Alberto Isaías Sitole
	Distrito de Mossurize	Maria Conjana Muchanga
	Distrito de Mossurize	Paulo Piquete
	Distrito de Mossurize	Daniel Janisse Fotine
	Distrito de Mossurize	Inocendi Lucas Muchanga
	Distrito de Mossurize	Simone Razão Sagauque
	Distrito de Mossurize	Doca Amosse Sitole
	Distrito de Mossurize	Wili Filimone
	Distrito de Mossurize	Wilissone Temotio MAchava
	Distrito de Mossurize	Eliasse Gwavava
	Distrito de Mossurize	Estefane Eliasse
	Distrito de Mossurize	Jossia Chipindaumwe
	Distrito de Mossurize	Metiasse Paradzanai
	Distrito de Mossurize	Quefasse Quemusse Chitutu
	Distrito de Mossurize	Lemucai Nhamaiawo
	Distrito de Mossurize	Veve Zunga
	Distrito de Mossurize	Chivbongodze Sitole
	Distrito de Mossurize	Banga Arone Mazodze
	Distrito de Mossurize	Jamissone Mequicene Jovu
	Distrito de Mossurize	Alberto Chituvi Muiambo
	Distrito de Mossurize	Zacarias Nhamunda
	Distrito de Mossurize	Comechi Laissonne Veve
	Distrito de Mossurize	Muchi Chivongodze

7



	Distrito de Mossurize	Laissone Massocha Sitole
	Distrito de Mossurize	Saimone Wache
	Distrito de Mossurize	Lavumo Rumbuca Muiambo
	Distrito de Mossurize	Metiasse
	Distrito de Mossurize	Deni Mabanzi Sitole
	Distrito de Mossurize	Jossia Mulala
	Distrito de Mossurize	Vasco Tenesse
	Distrito de Mossurize	Mutute Camba Muiambo
	Distrito de Mossurize	Simbi Guidione Jovu
	Distrito de Mossurize	Tenissone Camba
	Distrito de Mossurize	Goboza Chikhogo
	Distrito de Mossurize	Jacobe Mutezo Muiambo
	Distrito de Mossurize	Chewazwa Mandhomu
	Distrito de Mossurize	Raissone Chimburuquira
	Distrito de Mossurize	Magudu Boucua
	Distrito de Mossurize	Amone Mundunguyo
	Distrito de Mossurize	Chibaha Simbine
	Distrito de Mossurize	Queneti Fotine
	Distrito de Mossurize	Caracadzai Fotine
	Distrito de Mossurize	Chaita Mucuera
	Distrito de Mossurize	Jemusse Sicanda
	Distrito de Mossurize	Mapamulele Simbi Muiambo
	Distrito de Mossurize	Filimone Mucumbi
	Distrito de Mossurize	Samuel Mugaruzo
	Distrito de Mossurize	Chimene Muto
	Distrito de Mossurize	Wili Muto
	Distrito de Mossurize	Chipindaumwe Cumbuia
	Distrito de Mossurize	Vasco Saimone Sitole
	Distrito de Mossurize	Lemucal Muranda
	Distrito de Mossurize	Chissadza Sitole
	Distrito de Mossurize	Chiotanhanga Sitole
	Distrito de Mossurize	Munorwei Muembe
	Distrito de Mossurize	Metiasse Saimone Sitole
	Distrito de Mossurize	Janissone Jova
	Distrito de Mossurize	Itai Cumbuia
	Distrito de Mossurize	Jose Machava
	Distrito de Mossurize	Jossia Severa
	Distrito de Mossurize	Dicondo Muchanga
	Distrito de Mossurize	Zenge Sitole
	Distrito de Mossurize	Chicombesso Sowe
	Distrito de Mossurize	Metiasse Chaita



	Distrito de Mossurize	Sara Bongo Fucuzea
	Distrito de Mossurize	Samussone Nhamunda
	Distrito de Mossurize	Murapa Maloquelo
	Distrito de Mossurize	Lavumo Maulae
	Distrito de Mossurize	Jonasse Maulae
	Distrito de Mossurize	Ana Chaia
	Distrito de Mossurize	Mabure Sitole
	Distrito de Mossurize	Laima Ndiembei
	Distrito de Mossurize	Zaqueu Macuiana
	Distrito de Mossurize	Jimi Macuiana
	Distrito de Mossurize	Manuel Macuiana
	Distrito de Mossurize	Paulo Macuiana
	Distrito de Mossurize	Maria Conjanana Muchanga
	Distrito de Mossurize	Chaita Simango
	Distrito de Mossurize	Jossia Sitole
	Distrito de Mossurize	Daniel Sabão Matawa
	Distrito de Mossurize	Devi Mozisse
	Distrito de Mossurize	Benjamim Mozisse
	Distrito de Mossurize	Samussone Chimedza
	Distrito de Mossurize	Tarissai Muranda
	Distrito de Mossurize	Jonasse Mafundo Muiana

PROVÍNCIA DE SOFALA

Data	Local	Nome da Vitima
09.01.2016	Cidade da Beira	João Mawate
09.01.2016	Cidade da Beira	Frederico R.Culiba
17.01.2016	D.Nhamatanda/P.Metuchira	Tele Sousa Pande
17.01.2016	D.Nhamatanda/Posto Metuchira	João Capece
20.01.2016	Cidade da Beira	Manuel Zeca Bissopo
20.01.2016	Cidade da Beira	Luís O. Chitato
20.01.2016	Cidade da Beira	Santos B.Rapos
20.01.2016	Cidade da Beira	Félix Campira
04.02.2016	Distrito de Dondo	Paulo J.Chipenembe
06.02.2016	D.Machanga/Vila Sede	José Jambarau Luto
13.02.2016	Cidade da Beira	Manuel A. Fortunado
Fevé/Março 2016	Vila Sede Gorongosa	Nelson Malingisse
Fevé/Março 2016	Vila Sede Gorongosa	Rui Ricardo
Fevé/Março 2016	Vila Sede Gorongosa	Celestino Desanata
Fevé/Março 2016	Vila Sede Gorongosa	Mário Manuel
Fevé/Março 2016	Vila Sede Gorongosa	Timóteo Mario

9



Feve/Março 2016	Vila Sede Gorongosa	Ernesto Felisberto
Feve/Março 2016	Vila Sede Gorongosa	Felisberto Jonasse Rui
Feve/Março 2016	Vila Sede Gorongosa	Mourisso Eduardo
Feve/Março 2016	Vila Sede Gorongosa	Betusse Mirione
Feve/Março 2016	Vila Sede Gorongosa	Carlito Moises Sande
Feve/Março 2016	Vila Sede Gorongosa	Jose Juliasse
Feve/Março 2016	Vila Sede Gorongosa	Horacio Matete
Feve/Março 2016	Vila Sede Gorongosa	Ernesto Avuanca
Feve/Março 2016	Vila Sede Gorongosa	Marco Saquali
Feve/Março 2016	Vila Sede Gorongosa	Pedro Zeca
04.03.2016	D.Chibabava	Filipe Manuel
05.03.2016	Cidade da Beira	Abdul Carimo Azam
10.03.2016	D.Chibabava/Muxungue	Jocias Fernando Mugadui
11.03.2016	D. de Caia/Posto Sena	Antonio Guecha
12.03.2016	D.Caia/Vila Sede	Santos Pedro Tomocene
24.03.2016	D.Chibabava/Inhamizua Beira	Agostinho Marcos Simango
Março 2016	Cidade da Beira	Amil A.Gany Ahmed
Março de 2016	D.Gorongosa	Sergio Matambanadjo
Março de 2016	D.Gorongosa	Jose Juliasse
Março de 2016	D.Gorongosa	Bebe Jaime
Março de 2016	D.Gorongosa	Inácio Bene
Março de 2016	D.Gorongosa	Gerio Raul
Março de 2016	D.Gorongosa	Horacio Arnaco
Março de 2016	D.Gorongosa	Charles Miquissene
Março de 2016	D.Gorongosa	Felix Matambanaso
Março de 2016	D.Gorongosa	Rogério Araujo
Março de 2016	D.Gorongosa	Portência Inacio Bene
Março de 2016	D.Gorongosa	Jorge Américo
07.04.2016	Posto de Savane/Dist.Dondo	Francisco J. Munguma
08.04.2016	D.Nhamatanda/Vila Sede	Albano Massora Chimue
09.04.2016	Cidade da Beira	José Manuel (Membro do Conselho e Segurança)
12.04.2016	Cruzamento de Piru/Maringue	Armindo Mwadzangasse
12.04.2016	Ponte rio Nhanzaza/Maringue	Medja Bechane
12.04.2016	D.Maringue/Nfunza/Medja	Melita Armando
12.04.2016	D. Maringue/B.1ºMaio	Mateus Nhangayatsoca
12.04.2016	D.Maringue/B.1ºMaio	Mainato Zuze
22.04.2016	Dondo Balança	Pereira Batista Juga

10



25.04.2016	Vila Sede D.Cheringoma	Rosa Luis
25.04.2016	Vila Sede D.Cheringoma	Zeca Albino Luis
03.05.2016	D.Cheringoma/P.A.Nhamitanga	Faria Sande Jonasse
09.05.2016	D.Caia/ B.Nhampunga	Luis Antonio Rafael
29.05.2016	Zona Gravata/cruzamento Piro	Salmo Joaquim Tome
Maio de 2016	Cidade da Beira	Edminia dos Santos João
2016	Distrito Chemba	Matope Zambo Antonio
2016	D.Chibabava/Madora	Zacarias Samuel Sitole
2016	D.Chibabava/Madora	Maronde Zacarias
21.12.2016	Cheringoma- Inhaminga-Sofala	Araújo Sozinho
21.12.2016	Inhaminga-sede-Sofala	Alberto Fernando
16.07.2016	Muxungue-Sofala	Gabriel Mateus Tivane
18.08.2016	Muxungue-Sofala	Jeremias Chaipinduca
18.08.2016	Muxungue-Sofala	Rachide
30.07.2016	Muxungue-Sofala	Mateus Zacarias Mugadui
3º trimestre 2016	Caia-Sofala	-Santos Pedro Tomocene -Aifa Colemane Hajape -Sabado Domingos Chigadodha -Americo Januario Chicalango -Daniel Joao -Izaquiel Manuel -Antonio Guecha
3º trimestre 2016	Sena-Sofala	-Maenato Elias -Jaconia Chimoio -Mateus Albano Binzi -Antonio Januario -Manuel Zuze -Joana Antonio -Jamal Quembo
20.01.2016	Cidade da Beira	Manuel Zeca Bissopo(Secretário-geral do Partido)
20.01.2016	Cidade da Beira	Luis O.Chitato
20.01.2016	Cidade da Beira	Santos B.Raposo

* Vítimas de baleamento

PROVÍNCIA DE INHAMBANE

Data	Local	Nome da Vítima
05.03.2016	Maxixe	Aly Jane Calu

11



Abril de 2016	Maxixe	António Sautane Churo
---------------	--------	-----------------------

CIDADE DE MAPUTO

Data	Local	Nome da Vítima	Posição no partido
08.10.2016	Cidade de Maputo	Jeremias Pondaca Munguambe	Membro do Conselho de Estado e da Delegação da Renamo nas Conversações com o governo.

Importa salientar ainda que para além das pessoas identificadas, houve valas comuns nas províncias de Manica e Sofala.

Ainda na esteira das matanças protagonizadas pelos esquadrões da morte o Professor Universitário Doutor José Jaime Macuane, por ser um acérrimo defensor da verdade não escapou, tendo sido sequestrado e baleado na perna e abandonado algures a 22km da cidade capital Maputo.

Conforme podem verificar, o Governo da Frelimo, ciente das atrocidades que cometia, procurou uma forma de justificar os seus actos macabros, assassinando populações e alguns dos seus membros cuja autoria era imputada à Renamo. É nessa estratégia que aparecem os assassinatos que a vossa carta menciona.

A tradição da Renamo é a defesa da Democracia e dos Direitos Humanos. Os seus guardas disparam para se defenderem dos ataques de homens armados da Frelimo que os perseguem. Nunca foi seu carácter atacar civis desarmados.

Portanto, a par dos sequestros e assassinatos, verificaram-se destruições dos bens dos membros e simpatizantes do partido Renamo criando um verdadeiro ambiente de terror.

Queremos realçar, que perante a tamanha barbaridade, se o pior não aconteceu no país durante o período em referência, até a trégua, graças a ponderação de Sua Excelência Presidente Afonso Macacho Marceta Dhlakama que sensibilizou os membros e simpatizantes a não retaliarem.

Ilustríssimo Dewa,

Dos factos que arrolamos ao longo da presente carta resposta, pode-se depreender que o governo do Partido Frelimo, em vez de proteger a população, como seu dever constitucional, tornou-se organizador e promotor de assassinatos, execuções sumárias e sequestros dos membros da Renamo, simpatizantes e todos cidadãos que não comungam a ideologia do partido Frelimo e o seu governo.

12



Estas atitudes e comportamento do regime consubstanciam a violação Constituição da República de Moçambique que consagra o Direito a vida, e, demais convenções e tratados internacionais adoptados pelo Estado Moçambicano, a título de exemplo:

-Declaração Universal dos Direitos Humanos;

Carta Africana dos Direitos do Homem;

Cientes que partilhamos informação pertinente, sobre o abuso dos Direitos Humanos em Moçambique e que respondemos a vossa carta, gostaríamos de reiterar o nosso compromisso na defesa do bem estar dos moçambicanos e do Progresso de Moçambique.

Somos uma Organização Política do Centro Direita que defende e valoriza a vida humana.

Somos alternância governativa e as nossas acções não se compadecem com atrocidades ligadas ao abuso de direitos humanos, mas sim, viradas para promoção e defesa do bem estar do nosso povo.

Maputo, 30 de Agosto de 2017

O Chefe do Gabinete do Presidente



Dr. Augusto Mateus



“O PRÓXIMO A MORRER”

Abusos das Forças de Defesa e Segurança do Estado, e da Renamo em Moçambique

As forças de defesa e segurança de Moçambique e o grupo armado do maior partido da oposição do país, a Resistência Nacional Moçambicana ou Renamo, cometeram graves abusos nas províncias centrais do país entre Novembro de 2015 e o início de um cessar-fogo em Dezembro de 2016.

“O Próximo a Morrer” documenta desaparecimentos forçados, detenções arbitrárias, e a destruição de propriedade privada pelas forças governamentais, bem como assassinatos políticos, ataques aos transportes públicos e o saque de clínicas de saúde pelas forças da Renamo.

Desde que o cessar-fogo foi declarado, a maioria dos combates e dos abusos dos direitos humanos relacionados com o conflito, cessou. Mas o governo não cumpriu a sua obrigação ao abrigo da legislação internacional em matéria de direitos humanos, de chamar os responsáveis por estes graves abusos a prestar contas, sejam eles membros da Renamo ou das forças de defesa e segurança do Estado. Esta responsabilização é crucial para que o cessar-fogo se transforme numa paz duradoura.

(Contracapa) Buraco de bala no pára-brisa de um autocarro que combatentes da Renamo atacaram quando viajava na principal estrada norte-sul na região da Gorongosa, em Maio de 2016.

(Capa) Veículos do exército moçambicano patrulham estradas na região de Gorongosa, no centro de Moçambique, em Maio de 2016.

© 2016 John Wessels /AFP/Getty Images